

Soneva Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de março de 2025**

KPDS 1474840

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Roberto Bassi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código AAF3-4FD5-AD69-6C21.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Roberto Bassi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código AAF3-4FD5-AD69-6C21.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Soneva Energias Renováveis S.A.**
São Paulo – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Soneva Energias Renováveis S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Soneva Energias Renováveis S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros de controlada relacionados à “intangível (ágio)”

Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Em 31 de março de 2025, a investida e controlada Atvos Bioenergia S.A. possui reconhecido, nas demonstrações financeiras consolidadas, ativos não financeiros relacionados à intangível (ágio) no valor de R\$ 1.413.269 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. Para a realização do teste de redução ao valor recuperável dos ativos, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.

A elaboração dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente envolvem o uso de premissas tais como: (i) Determinação do valor em uso das UGCs; (ii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iii) período projetivo de 06 anos, de 1º de abril de 2025 a 31 de março de 2030, mais perpetuidade, (iv) taxa de desconto calculada com base na metodologia *Weighted Average Cost of Capital* (WACC).

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*):

- (i) se a estimativa utilizada foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;
- (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis;
- (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;
- (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões; e
- (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de março de 2025.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de março de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 28 de junho de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Soneva Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	5 (a)	26	27	676.704	1.016.836
Aplicações financeiras	5 (b)	-	-	5.199	4.040
Contas a receber de clientes	6	-	-	592.147	129.249
Estoques e adiantamentos a fornecedores	7	-	-	1.907.201	1.440.847
Ativo biológico	8	-	-	901.860	846.042
Tributos a recuperar	9	-	-	355.601	236.045
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	19.400	32.388
Outros créditos		-	-	40.184	40.304
Total do ativo circulante		26	27	4.498.296	3.745.751
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5 (b)	-	-	291.837	276.002
Contas a receber de clientes	6	-	-	1.795	1.718
Adiantamentos a fornecedores	7	-	-	399.190	567.008
Tributos a recuperar	9	-	-	251.447	194.312
Depósitos judiciais	25 (c)	-	-	29.298	28.517
Outros créditos		-	-	12.949	17.500
			-	986.516	1.085.057
Investimentos	11	4.535.336	4.629.127	67.880	55.849
Imobilizado	12	-	-	7.763.563	7.161.524
Direito de uso	14 (a)	-	-	2.990.747	2.844.581
Intangível	13	-	-	1.413.269	1.627.392
Total do ativo não circulante		4.535.336	4.629.127	13.221.975	12.774.403
Total do ativo		4.535.362	4.629.154	17.720.271	16.520.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Soneva Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	15	-	-	576.042	552.865
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	15	-	-	2.334	5.271
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	13.186	15.566
Passivos de arrendamento	14 (b)	-	-	424.715	439.297
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	612	16.435
Salários e encargos	18	-	-	146.869	171.691
Tributos a recolher	19	-	-	41.574	56.158
Adiantamentos de clientes	20	-	-	65.546	17.305
Outros débitos		-	-	1.101	3.269
Total do passivo circulante		-	-	1.271.979	1.277.857
Passivo não circulante					
Fornecedores	15	-	-	-	5.443
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	15	-	-	2.338	2.092
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	8.979	21.407
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ ¹	16	-	-	5.093.121	4.171.296
Debêntures	17	7.055.910	6.699.606	7.055.910	6.699.606
Passivos de arrendamento	14 (b)	-	-	2.770.406	2.556.044
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	3	-
Tributos a recolher	19	-	-	87.711	54.455
Provisão para contingências	25 (a)	-	-	81.471	131.358
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	23 (a)	-	-	1.012.474	756.323
Outros débitos		-	-	5.445	9.656
Total do passivo não circulante		7.055.910	6.699.606	16.117.858	14.407.680
Total do passivo		7.055.910	6.699.606	17.389.837	15.685.537
Patrimônio líquido					
Capital social	21	3.000	3.000	3.000	3.000
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.919.146)	(1.928.287)	(1.919.146)	(1.928.287)
Prejuízos acumulados		(604.402)	(145.165)	(604.402)	(145.165)
Participação de não controladores		(2.520.548)	(2.070.452)	(2.520.548)	(2.070.452)
Total do patrimônio líquido		(2.520.548)	(2.070.452)	330.434	834.617
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.535.362	4.629.154	17.720.271	16.520.154

1. Plano de Recuperação Judicial encerrado em 15 de setembro de 2023.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Soneva Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024(*)
Receita operacional líquida	26	-	-	7.296.176	5.453.325
Custo dos produtos vendidos	27	-	-	(5.439.381)	(3.963.929)
Lucro bruto		-	-	1.856.795	1.489.396
Despesas com vendas	27	-	-	(12.375)	(3.277)
Receitas (despesas) administrativas e gerais	27	-	(371)	(458.611)	(347.507)
Resultado de participações societárias	11	(102.932)	123.635	8.347	4.775
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	-	-	(301.431)	(13.902)
(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro		(102.932)	123.264	1.092.725	1.129.485
Receitas financeiras	29	-	109.483	209.191	2.520.663
Despesas financeiras	29	(356.305)	(283.345)	(1.524.107)	(1.150.666)
Variações cambiais, líquidas	29	-	(50.970)	(47.256)	(138.548)
Resultado financeiro, líquido		(356.305)	(224.832)	(1.362.172)	1.231.449
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(459.237)	(101.568)	(269.447)	2.360.934
Imposto de renda e contribuição social correntes	23 (c)	-	-	-	(82.905)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23 (c)	-	-	(249.564)	(474.308)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(459.237)	(101.568)	(519.011)	1.803.721
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				(459.237)	(101.568)
Participação dos não controladores				(59.774)	1.905.289
				(519.011)	1.803.721
Prejuízo básico e diluído por ação - em Reais	21 (f)			(153,08)	(33,86)

(*) Conforme nota explicativa nº 11(a)(ii), o consolidado abrange apenas o período de 9 meses, de 30 de junho de 2023 a 31 de março de 2024, das controladas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Soneva Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024 (*)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(459.237)	(101.568)	(519.011)	1.803.721
Outros resultados abrangentes:					
Valores a serem posteriormente reconhecidos					
no resultado financeiro:					
Resultado com instrumentos financeiros designados como hedge accounting	31.1(e)	13.202	(1.622)	21.416	(2.631)
Tributos diferidos sobre hedge e outros		<u>(4.061)</u>	<u>(5)</u>	<u>(6.588)</u>	<u>(9)</u>
Resultado abrangente do exercício		<u>(450.096)</u>	<u>(103.195)</u>	<u>(504.183)</u>	<u>1.801.081</u>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				(450.096)	(103.195)
Participação dos não controladores				<u>(54.087)</u>	<u>1.904.276</u>
				<u>(504.183)</u>	<u>1.801.081</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 11(a)(ii), o consolidado abrange apenas o período de 9 meses, de 30 de junho de 2023 a 31 de março de 2024, das controladas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Soneva Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Atribuível aos acionistas controladores da Companhia								
Ajuste de avaliação patrimonial								
	Nota	Capital social	Transações com acionistas	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2024		<u>3.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(43.597)</u>	<u>(40.597)</u>	<u>-</u>	<u>(40.597)</u>
Aumento de capital		-	-	-	-	-	500.000	500.000
Ajuste inicial de investimento por equivalência patrimonial	21(d), 11(a)(i)	-	(1.926.660)	-	-	(1.926.660)	500.793	(1.425.867)
Resultados abrangentes:								
Perda líquida com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i> e instrumentos derivativos (i)	31.1(e)	-	-	(1.627)	-	(1.627)	(1.013)	(2.640)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(101.568)	(101.568)	1.905.289	1.803.721
Saldos em 31 de março de 2024		<u>3.000</u>	<u>(1.926.660)</u>	<u>(1.627)</u>	<u>(145.165)</u>	<u>(2.070.452)</u>	<u>2.905.069</u>	<u>834.617</u>
Ganho líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i> e instrumentos derivativos (i)	31.1(e)	-	-	9.141	-	9.141	5.687	14.828
Prejuízo do exercício		-	-	-	(459.237)	(459.237)	(59.774)	(519.011)
Saldos em 31 de março de 2025		<u>3.000</u>	<u>(1.926.660)</u>	<u>7.514</u>	<u>(604.402)</u>	<u>(2.520.548)</u>	<u>2.850.982</u>	<u>330.434</u>

(i) Efeito reflexo da adoção da prática de hedge accounting e efeitos de instrumentos derivativos contratados pelas controladas indiretas da Companhia, conforme Notas 3.2(E) e 31.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Soneva Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024(*)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(459.237)	(101.568)	(519.011)	1.803.721
Ajustes para:					
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos)	27	-	-	3.103.794	2.068.793
Varição no valor justo de ativos biológicos	8 e 27	-	-	(265.245)	(248.055)
Valor justo de CBIOs		-	-	27.946	(8.364)
Resultado de participações societárias	11	102.932	(123.635)	(8.347)	(4.775)
Resultado de ativo imobilizado baixado	12	-	-	199.174	13.713
Resultado de direito de uso e passivos de arrendamento baixados, líquidos		-	-	-	931
Resultado de ativo intangível baixado	13	-	-	132.323	3
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	16	-	-	823.751	483.427
Atualizações monetárias de debêntures, líquidas	17	356.304	283.616	356.304	283.616
Amortização (baixa) de custos de transação		-	-	-	50.315
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	86.418
Ajuste a valor presente sobre passivos de arrendamento	14 (b)	-	-	314.667	195.341
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	24.954	7.418
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquidas		-	-	6.383	(5.854)
Imposto de renda e contribuição social	23	-	-	249.564	640.118
Provisão para perdas de crédito esperadas, líquidas		-	-	850	4.682
Provisão para redução ao valor de realização, líquidas		-	-	(17.946)	(10.040)
Perda estimada com realização de impostos		-	-	(232)	(220)
Deságio pela amortização integral da dívida e efeito aditivo PRJ	16	-	-	-	(307.954)
Ajustes a valor justo Tranche A - aditivo PRJ, líquido	16	-	-	103.262	(1.934.527)
		(1)	58.413	4.532.191	3.118.707
Variações em:					
Contas a receber de clientes		-	-	(463.825)	63.726
Estoques e adiantamentos a fornecedores		-	-	(820.373)	(478.245)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	18.583	2.640
Tributos a recuperar		-	-	(176.459)	140.069
Depósitos judiciais		-	-	(2.413)	19.333
Outros créditos		-	-	8.482	19.536
Fornecedores		-	-	15.043	(314.833)
Salários e encargos		-	-	(24.822)	(16.118)
Tributos a recolher		-	(6)	18.672	(5.544)
Tributos parcelados		-	-	-	(70.391)
Provisão para contingências - liquidações		-	-	(56.270)	(78.073)
Adiantamento de clientes		-	-	48.241	(72.876)
Outros débitos		-	-	(6.379)	661
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(1)	58.407	3.090.671	2.328.592
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	(5.458)	(2.509)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas	14 (b)	-	-	(346.509)	(194.564)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(82.905)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(1)	58.407	2.738.704	2.048.614
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras		-	-	(16.994)	(261.779)
Partes relacionadas		-	(59.668)	-	(13.625)
Investimento em outras sociedades	11	-	-	(3.684)	-
Aquisições do imobilizado	12	-	-	(1.146.800)	(813.765)
Aquisições do intangível	13	-	-	(49.712)	(2.855)
Novos plantações de ativos biológicos	12	-	-	(773.354)	(601.499)
Tratos culturais de ativo biológicos	8	-	-	(641.769)	(455.629)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		-	(59.668)	(2.632.313)	(2.149.152)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital social pela Companhia e de não controladores em investidas		-	-	-	500.000
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas - principal	14 (b)	-	-	(407.031)	(309.422)
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	16	-	-	(14.538)	(9.549)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento		-	-	(421.569)	181.029
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1)	(1.261)	(315.178)	80.491
Caixa e equivalentes de caixa					
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	(24.954)	(7.418)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	27	-	1.288	1.016.836	943.763
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	26	-	27	676.704	1.016.836
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1)	(1.261)	(315.178)	80.491

(*) Conforme nota explicativa nº 11(a)(ii), o consolidado abrange apenas o período de 9 meses, de 30 de junho de 2023 a 31 de março de 2024, das controladas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

- (a) A Soneva Energias Renováveis S.A. (“Soneva”, “Companhia” ou “Companhia e suas controladas”), foi constituída em 9 de novembro de 2022, com sede em São Paulo, tendo como atividade preponderante a participação em companhias que atuam no setor sucroenergético a partir da cana-de-açúcar e biomassa, com suas atividades no país ou no exterior diretamente ou através de suas subsidiárias operacionais.

Em 20 de junho de 2023 a Companhia exerceu seu direito sobre o bônus de subscrição sobre a Atvos Bioenergia S.A., passando, neste ato, a ser sua controladora direta e a nova controladora do Grupo Atvos, com 90% de participação sobre o seu capital social, sendo os demais 10% de propriedade do MC Green Energy Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“FIP MC Green” ou “FIP MC Investidor”).

A Companhia, por intermédio de suas controladas indiretas, (conjuntamente “Grupo Atvos”), possui 10 unidades operacionais (sendo que a Atvos Bioenergia Alcídia S.A. [“UAL” ou “Alcídia”] está atualmente hibernada e a Atvos Biometano Santa Luzia S.A. (“Biometano”) que encontra-se em fase pré-operacional, sendo as unidades nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, com capacidade de moagem instalada de 34,7 milhões de toneladas de cana por ano, tendo sido processadas 25,8 milhões de toneladas de cana no exercício findo em 31 de março de 2025 (27,5 milhões de toneladas, em 31 de março de 2024).

A Atvos Agroindustrial S.A., e as controladas indiretas da Companhia, Atvos Agroindustrial Participações, Santa Luzia, Brenco, Alcídia, Pontal, Rio Claro, Eldorado e Conquista do Pontal apresentaram em conjunto, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem as recuperandas atuavam conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019, a qual tem efeito retroativo à data da distribuição do Pedido. O Grupo Atvos apresentou tempestivamente a versão final do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) nos autos do processo, e, em Assembleia Geral de Credores (“AGC”) realizada em 20 de maio de 2020 colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial de sete Recuperandas, sendo apenas a recuperação judicial das Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal tratadas em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas.

No dia 17 de agosto de 2020, o juízo competente concedeu a recuperação judicial do Grupo Atvos, tendo sido aprovado um Plano de Recuperação Judicial Consolidado e Planos Individuais para as Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal. A referida decisão foi publicada em 20 de agosto de 2020.

Em 15 de setembro de 2023, o juízo competente proferiu decisão decretando o encerramento da recuperação judicial do Grupo Atvos, bem como homologou os Aditamentos aos Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas, os quais previram (i) uma nova estrutura de pagamentos da dívida, tanto para os credores quirografários não financeiros (fornecedores), quanto para os credores financeiros (bancos), alongando o prazo para pagamento da dívida remanescente até dezembro de 2042; (ii) os termos e condições para realização de novo investimento; e (iii) as regras de gestão do Grupo Atvos, após a troca de controle. Tal decisão foi publicada em 20 de setembro de 2023.

Informações adicionais a respeito dos Planos de Recuperação Judicial foram divulgadas nas notas explicativas nº 15 e 16.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis adotadas pela Companhia, incluindo as mudanças, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A emissão destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi aprovada pela Administração em 27 de junho de 2025.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas controladas.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão incluídas na seguinte nota explicativa: 11- Investimentos em sociedades controladas: determinação se a Companhia e suas controladas tem influência significativa sobre uma investida.

(ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir:

Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 3.2(L) e 8.

Perda por impairment estimada do ágio e outros ativos

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizado e intangível de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração. Para mais detalhes, vide Notas 3.2(J) e 13.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos.

As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como *hedge* para fins contábeis na data da operação.

Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado e intangível

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 25.

Taxa incremental dos passivos de arrendamento a pagar

A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas. Para mais detalhes, vide Nota 14.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC”, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- *Nível 1* - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- *Nível 2* - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- *Nível 3* - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - Ativos biológicos; e
- Nota explicativa 31 - Instrumentos financeiros.

2.3 Mudança nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Em 31 de março de 2025, não foram observados efeitos sobre as demonstrações financeiras.

3 Políticas contábeis

3.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

3.2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de consolidação

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

(ii) Entidades consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas direta e indiretas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, em 31 de março:

	Sede (País/UF)	2025	2024
Controlada direta			
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio") (i)	Brasil/SP	90,00%	90,00%
Controladas indiretas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par") (ii)	Brasil/SP	68,50%	68,50%
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. (anteriormente denominada Agro Energia Santa Luzia S.A.) ("Santa Luzia") (ii)	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Brenco S.A. (anteriormente denominada Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A.) ("Brenco") (ii)	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Alcídia S.A. (anteriormente denominada Destilaria Alcídia S.A.) ("Alcídia") (ii)	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Pontal Agropecuária S.A. (anteriormente denominada Pontal Agropecuária S.A.) ("Pontal") (ii)	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. (anteriormente denominada Rio Claro Agroindustrial S.A.) ("Rio Claro") (ii)	Brasil/GO	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. (anteriormente denominada Usina Eldorado S.A.) ("Eldorado") (ii)	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. (anteriormente denominada Usina Conquista do Pontal S.A.) ("UCP") (ii)	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Atvos Biometano Santa Luzia S.A. ("Biometano" ou "BSL")	Brasil/SP	100,00%	-
Atvos Energia Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada ("FIDC" ou Fundo Atvos")	Brasil/SP	100,00%	-

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 20 de junho de 2023, a Companhia exerceu seu direito sobre o bônus de subscrição da Atvos Bioenergia S.A., tornando-se, neste ato, a controladora do Grupo Atvos. Considerando que a Companhia era controlada pelo mesmo fundo controlador da Atvos Bioenergia, os efeitos resultantes da operação foram considerados no patrimônio líquido conforme ICPC 09 (R2).
- (ii) Empresas em Recuperação Judicial até 18 de setembro de 2023, quando foi proferida decisão pelo encerramento dos processos de recuperação judicial pelo juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

As principais atividades das controladas direta e indiretas são:

- Atvos Bio e Atvos Par: tem como atividades principais a participação em empresas que atuam no setor sucroalcooleiro a partir da cana-de-açúcar e a comercialização de etanol e açúcar VHP (“*Very High Polarization*”), além da cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa e créditos de descarbonização (CBIOS).
- Alcídia, Eldorado e Conquista do Pontal: tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol, açúcar VHP, além da cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa e CBIOS. Alcídia, atualmente hibernada, concentrava suas atividades na produção e venda de cana-de-açúcar.
- Pontal: tem por objeto social o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol e açúcar VHP, além da cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, podendo ainda participar em outras empresas. Atualmente encontra-se em fase não operacional.
- Brenco, Rio Claro e Santa Luzia: tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol, além da cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa e CBIOS.
- Biometano: atualmente em fase pré-operacional. Terá como atividade a produção de Biometano, utilizando resíduos da produção de etanol para a formação do gás, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa. Parte do Biometano produzido pela Empresa substituirá o diesel utilizado nas operações das unidades Santa Luzia, Eldorado e Conquista do Pontal.
- Fundo Atvos (“Fundo Atvos” ou “FIDC”): constituído em 25 de outubro de 2023, sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, tendo iniciado suas atividades em 15 de março de 2024, com prazo de duração indeterminado. O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aquisição de direitos creditórios elegíveis e de ativos financeiros, observado a alocação mínima estabelecida na regulamentação em vigor.

b. *Demonstrações financeiras individuais*

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à

Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

c. *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. *Participação de acionistas não-controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

b. *Moeda estrangeira*

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, “Juros passivos”, “Variação cambial passiva (ou ativa)” e “Variação monetária passiva (ou ativa)”. Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de “Receitas financeiras”, nas rubricas, “Rendimento com aplicações financeiras”, conforme Nota 29.

c. *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

d. *Ativos financeiros*

Classificação

A Companhia e suas controladas classificam e mensuram seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por

meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia e de suas controladas para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratados.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, dentro de "Receitas e despesas financeiras" na rubrica "Ajuste a valor de mercado" (Nota 29).

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado, na conta de "Outras despesas operacionais, líquidas" como "Ganhos e perdas de títulos de investimento".

Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de "Receitas e despesas financeiras", na rubrica "Outras receitas (despesas) financeiras".

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, a perda esperada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo projetado, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas avaliam no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

e. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado sendo, subsequentemente, remensurados. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Instrumentos financeiros não derivativos são dívidas captadas em moeda estrangeira por suas controladas, para financiamento, direto ou indireto, das exportações. Tais dívidas são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no patrimônio líquido, na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial”. As controladas diretas não adotam a prática contábil de *hedge accounting*, uma vez que os instrumentos de *hedge* são contratados no contexto das operações consolidadas da Companhia e de suas controladas e, dessa forma, não é praticável a utilização dessa política nas demonstrações individuais das controladas. Nesse contexto, as demonstrações financeiras individuais das controladas diretas são ajustadas, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, objetivando o alinhamento das práticas contábeis do Grupo Ativos. Assim como os derivativos classificados como *hedge*, o reconhecimento destas variações no resultado do exercício é registrado compensando a variação correspondente na sua receita de exportação.

A Companhia e suas controladas podem designar os instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos como:

- *Hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- *Hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia e suas controladas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de riscos e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia e suas controladas também documentam sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Os financiamentos em moeda estrangeira designados para *hedge accounting* são classificados no passivo circulante através do custo amortizado. As amortizações que possuem vencimento acima de doze meses são registradas no passivo não circulante.

Para propósito de *hedge*, as controladas da Companhia, amparam-se na Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, classificando os instrumentos financeiros aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa. Conforme a Política, periodicamente são realizados testes prospectivos com o objetivo de comprovar a efetividade das operações.

a. Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo quando e se contratadas, são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco "*hedgado*". A Companhia e suas controladas só podem aplicar a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swap* de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas, o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva e as variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas no resultado financeiro do exercício.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o exercício até o vencimento.

b. Hedge de fluxo de caixa

As parcelas efetivas das variações no valor justo de derivativos e das variações cambiais dos financiamentos em moeda estrangeira, que foram designadas e qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado, nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*).

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio líquido e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente refletida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado financeiro do exercício (Nota 29).

c. Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos podem não se qualificar para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente como resultado financeiro do exercício.

f. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável, estão apresentadas no ativo não circulante.

Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

g. Estoques e adiantamentos a fornecedores

São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização.

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

Os gastos com manutenção, que aumentam a vida útil dos ativos por mais um ano e desde que não passíveis de capitalização, e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra.

Créditos de descarbonização (CBIOS) é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de Custo dos produtos vendidos.

Após a mensuração inicial, o CBIOS, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 - Estoques.

Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do CBIOS e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*.

h. Depósitos judiciais

Para os casos com passivo constituído, são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente, se não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia e suas controladas. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

i. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos mantidos para venda encontram-se registrados na rubrica Outros créditos, no ativo não circulante.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

j. Ativos intangíveis

a. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. Os ágios foram contabilizados nas controladas antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes da alteração ocorrida nas práticas contábeis, e são representados pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado nas demonstrações consolidadas como "Ativo intangível". Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa.

O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou grupo de UGCs, para fins de teste de *impairment*, dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

As empresas Conquista do Pontal, Alcídia e Pontal, são consideradas uma única UGC, pois tem relação operacional intrinsecamente associada.

Já as demais empresas, Brenco, Eldorado, Rio Claro e Santa Luzia, são consideradas cada uma delas uma única UGC.

b. Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo.

c. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As taxas das vidas úteis estimada ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de amortização	
	2025	2024
Outorga e leilão de energia	3,50	3,80
Software	19,99	10,49
Licenças ambientais	2,62	2,69

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Imobilizado

As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas das controladas e não sofrem efeito de depreciação.

As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC 27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*.

Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita.

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei no 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei no 11.638/07".

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta "Custos a apropriar do período de entressafra", e apropriados ao custo de produção durante a safra seguinte, para as manutenções anuais.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As taxas das vidas úteis estimada ponderadas do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de depreciação	
	2025	2024
Equipamentos e instalações industriais	4,88	4,92
Edifícios e benfeitorias	3,43	3,52
Planta portadora	16,67	16,67
Máquinas e equipamentos agrícolas	10,70	10,07
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,03	6,06
Terras	N/A	N/A
Móveis e utensílios	7,18	6,65
Veículos	9,15	7,48
Equipamentos de informática	10,94	11,12

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados.

Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável.

l. Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem os custos com tratos culturais da cana soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 8.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado como custo dos produtos vendidos.

m. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

n. Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

o. Empréstimos e financiamentos e Debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez, e instrumentos financeiros de dívida, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre os empréstimos e financiamentos é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço.

p. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira.

q. Provisões para processos judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que são parte envolvidas, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se nas leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente.

r. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios correntes são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e, de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, aplicando-se às alíquotas da legislação vigente de 34%. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas, e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

s. Reconhecimento de receita

A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito.

A receita operacional da Companhia e de suas controladas indiretas é composta pela receita de venda de produtos, conforme nota explicativa nº 26.

A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia no caso do consolidado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

t. *Receitas e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

- receita de juros e variações monetárias;
- despesa de juros e variações monetárias;
- rendimento sobre aplicações financeiras e caixa restrito;
- descontos obtidos e concedidos;
- o valor justo dos ganhos e perdas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

u. *Direito de uso e passivos de arrendamento*

A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale a taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma.

v. *Adiantamentos de clientes*

Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.

w. *Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas*

Compostas, principalmente, pela venda de ativos imobilizados e por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).

x. *Benefícios à empregados*

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

y. *Subvenção governamental*

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado. A parcela reconhecida no resultado é reclassificada entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos.

z. Capital social

Ações ordinárias

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido, conforme nota explicativa nº 21.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% dos lucros líquidos ajustados nos termos da lei ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme nota explicativa nº 21.

4 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2024). A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; e
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado			
	2025	2024	Rendimento anual	2025	Rendimento anual	2024
Caixa e bancos - no Brasil	26	27	-	5.224	-	11.788
Aplicações financeiras: no Brasil:						
CDBs	-	-	100,15% CDI	161.028	99,49% CDI	876.612
Fundos de investimento	-	-	104,11% CDI	407.685	(i)	27
Operações compromissadas	-	-	77,63% CDI	25.934	89,04% CDI	3.850
	-	-		594.647		880.489
Caixa e bancos - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a)	-	-	-	41.149	-	13.347
Margem de garantia - no Brasil (ii)	-	-	-	11.365	-	-
Margem de garantia - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a) (ii)	-	-	-	24.319	5,35%	111.212
	-	-		35.684		111.212
	<u>26</u>	<u>27</u>		<u>676.704</u>		<u>1.016.836</u>

- (i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários.
- (ii) Os depósitos de margem em operações com derivativos se referem às chamadas de margens em bolsa de mercadorias, expostas, substancialmente, à variação do dólar norte-americano.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

b. Aplicações financeiras

	Consolidado			
	Rendimento anual	2025	Rendimento anual	2024
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações no Brasil:				
CDBs	99,89% CDI	4.421	101,84% CDI	14.605
Fundos de investimento (i)	101,03% CDI	292.615	104,50% CDI	265.437
		<u>297.036</u>		<u>280.042</u>
Ativo circulante		5.199		4.040
Ativo não circulante		291.837		276.002

- (i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários e vencimentos superiores a 3 meses.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 31.

6 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>	
	2025	2024
Contas a receber - no Brasil (moeda nacional)		
- de clientes	548.718	136.238
Contas a receber - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a)		
- de clientes	51.345	-
Provisão para perdas de crédito esperadas		
- de clientes	<u>(6.121)</u>	<u>(5.271)</u>
	<u>593.942</u>	<u>130.967</u>
Ativo circulante	592.147	129.249
Ativo não circulante	1.795	1.718

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes.

A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	2024	2024
A vencer:	592.544	119.422
Vencidos:		
- até 30 dias	2.813	12.090
- de 31 a 60 dias	-	250
- de 61 a 90 dias	11	421
- de 91 a 180 dias	275	133
- de 181 a 360 dias	647	519
- acima de 360 dias	<u>3.773</u>	<u>3.403</u>
	<u>7.519</u>	<u>16.816</u>
	<u>600.063</u>	<u>136.238</u>

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A Companhia tem por procedimento realizar provisão complementar, baseada na perda apurada nos últimos dois exercícios em relação à receita operacional líquida.

A provisão para perdas de crédito esperada é considerada suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação para os exercícios sociais findos em 31 de março de 2025 e 2024, estando assim demonstrada:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício (30 de junho de 2023, no comparativo)	(5.271)	(589)
(Adições)	(4.094)	(6.288)
Baixa e reversões	3.244	1.606
Saldo no final do exercício	(6.121)	(5.271)

7 Estoques e adiantamentos a fornecedores

	Consolidado	
	2025	2024
Produtos acabados e em elaboração	188.945	186.037
Créditos de descarbonização - CBIOS (i)	115.745	8.592
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (ii)	839.276	824.747
Adiantamentos - compra de insumos e outros (iii)	331.075	192.950
Custos a apropriar do período de entressafra (iv)	640.516	637.446
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (v)	190.834	158.083
	2.306.391	2.007.855
Ativo circulante	1.907.201	1.440.847
Ativo não circulante (Adiantamentos)	399.190	567.008

- (i) RenovaBio - CBIOS: em 31 de março de 2025, as controladas indiretas da Companhia possuíam 2.307.337 CBIOS emitidos e ainda não comercializados (122.004 CBIOS, em 31 de março de 2024). A comercialização desses títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As controladas indiretas da Companhia comercializaram no exercício social findo em 31 de março de 2025 0,1 milhão de CBIOS (2,7 milhão, em 31 de março de 2024) com impacto de R\$ 9.531 (R\$ 303.425, em 31 de março de 2024) na receita bruta consolidada.
- (ii) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de parceria agrícola e fornecedores de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar (matéria prima) desses parceiros.
- (iii) Refere-se substancialmente à adiantamentos realizados para a aquisição de óleo diesel para utilização nas safras.
- (iv) Referem-se a gastos com manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que serão apropriados no resultado da safra seguinte.
- (v) Os estoques do almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção, consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo.

Em 31 de março de 2025, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas para os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica “Custo dos produtos vendidos”:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício (30 de junho de 2023, no comparativo)	(25.934)	(35.974)
(Adições)	(23.469)	(38.400)
Reversões	41.415	48.440
Saldo no final do exercício	(7.988)	(25.934)

A Companhia está atualmente em negociação com o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos e com giro lento de almoxarifado a uma *cleantech*. As provisões para perda desses estoques consideram os valores prováveis realizáveis que resultarão desta negociação.

8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz (“soqueira”) continua no solo, após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais seis safras.

A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- (a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável (“ATR”)) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração a *mix* de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e
- (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado.

A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar.

Em 31 de março de 2025 e 2024, as principais premissas foram utilizadas na determinação valor justo, determinado pelo nível 3 da hierarquia de valor justo foram:

	Consolidado	
	2025	2024
Área total estimada de colheita (ha)	263.096	237.661
Produtividade prevista (ton/ha)	80,45	83,43
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)	139,09	140,76
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,0551	0,9717

Em 31 de março de 2025, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,92% a.a. (8,23% a.a. em 31 de março de 2024). O aumento da taxa de desconto impacta na redução do valor justo dos ativos biológicos. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras atuais.

a. Composição

	Consolidado			
	2025		2024	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	640.013	-	640.013	575.998
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	259.201	-	259.201	270.044
Ativo biológico (lavoura demais culturas)	6.552	(3.906)	2.646	-
	905.766	(3.906)	901.860	846.042

b. Movimentação do ativo biológico

	Consolidado				
	2025			2024	
	Cana-de-açúcar	Demais culturas (i)	Total	Cana-de-açúcar	Total
Saldo no inicial dos ativos biológicos (30 de junho de 2023, no comparativo)	846.042	-	846.042	583.651	583.651
Aumentos decorrentes de tratos	635.217	6.552	641.769	455.629	455.629
Variação no valor justo	265.245	-	265.245	248.055	248.055
Reduções decorrentes da colheita	(847.290)	(3.906)	(851.196)	(441.293)	(441.293)
Saldo no final dos ativos biológicos	899.214	2.646	901.860	846.042	846.042

(i) A Companhia iniciou no decorrer da safra 2024/2025 novos testes com a cultura de soja. Esses ativos são mensurados à custo de formação, deduzidos de colheita e perdas incorridas.

c. Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia é sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

d. Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A Administração realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

e. Riscos climáticos e outros

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas.

Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, o Grupo Atvos está sujeito a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. A Companhia não foi afetada de forma relevante nos incêndios divulgados pela mídia, sendo que os incêndios ocorridos nas lavouras do Grupo, não causaram impactos significativos nas operações ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região centro-oeste e sudeste do Brasil. O período de colheita anual de cana-de-açúcar nessas regiões do Brasil é chamado de safra e tem início em abril e maio e termina em novembro e dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor. As contas de resultado ficam sujeitas a sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem nas regiões centro-oeste e sudeste, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacarose da cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente, devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das *commodities*, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente a média da safra.

f. Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 141.580 (R\$ 125.253 em 31 de março de 2024). Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 99.716 (R\$ 86.131 em 31 de março de 2024).

9 Tributos a recuperar

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	377.865	242.190
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS") (i)	131.735	100.586
Programa de integração social - ("PIS") (i)	34.437	25.991
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	43.127	41.275
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS")	12.659	14.091
Créditos tributários – REINTEGRA	7.298	6.127
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - ("IRPJ")	565	991
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - ("CSLL")	753	929
Outros tributos a recuperar	727	527
Perda estimada com realização de impostos	(2.118)	(2.350)
	607.048	430.357
Ativo circulante	355.601	236.045
Ativo não circulante	251.447	194.312

- (i) Na safra 24/25 as controladas indiretas da Companhia, Conquista do Pontal e Eldorado, realizaram o levantamento de créditos presumidos extemporâneos sobre a aquisição de cana-de-açúcar relativa à produção de açúcar VHP para exportação.

A movimentação da provisão para perda estimada com realização de impostos durante o exercício é a seguinte:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício (30 de junho de 2023, no comparativo)	(2.350)	(2.570)
(Adições)	(127)	(105)
Reversões	359	325
Saldo no final do exercício	(2.118)	(2.350)

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante conforme melhor expectativa de realização desses tributos pela Administração, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos e ressarcimento dos mesmos em espécie, nos termos da legislação vigente.

10 Partes relacionadas

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício social findo em 31 de março de 2025 à título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 10.419 (R\$ 16.418, em 31 de março de 2024), registrados no grupo de despesas administrativas, e incluem salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indireto.

Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, farmácia, educação, plano de previdência privada (nota explicativa nº 22), entre outros.

A Companhia e suas controladas incluem em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR/PLRO), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados são registrados em despesas administrativas, despesas com vendas e custo do produto vendido no resultado.

Além do plano de previdência privada (Vexty), mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios sociais findos em 31 de março de 2025 e 2024 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de acionistas e companhias ligadas ao mesmo grupo econômico. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Ativos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada.

a. Resumo dos saldos com partes relacionadas

		Consolidado	
	Nota	2025	2024
No passivo não circulante			
Partes relacionadas			
MC Green Energy FIP Multiestratégia ("FIP MC Green")	16(b)/(a)	1.007.424	787.814
Total no passivo não circulante		1.007.424	787.814

b. Transações relevantes da Controladora e do Consolidado no exercício

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024 (*)
Repasso de despesas corporativas					
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	-	-	-	(4)
Receitas financeiras					
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(a)	-	103.371	-	-
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(c)	-	1.087	-	-
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(a)	-	842	-	-
Atvos Bioenergia Alcídia S.A. ("Alcídia")	(a)	-	36	-	-
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	-	1.927	-	-
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	-	422	-	-
Atvos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	-	459	-	-
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(a)	-	610	-	-
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(a)	-	2.136	-	-
MC Green Energy FIP Multiestratégia ("FIP MC Green")	16(b)	-	-	-	250.463
Despesas financeiras					
MC Green Energy FIP Multiestratégia ("FIP MC Green")	16(b)	-	-	(9.996)	(47.957)
Variação cambial, líquida					
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(a)	-	(50.134)	-	-
MC Green Energy FIP Multiestratégia ("FIP MC Green")	16(b)	-	-	(62.453)	1.416
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas					
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	-	-	-	21

(*) Conforme nota explicativa nº 11(a)(ii), o consolidado abrange apenas o período de 9 meses, de 30 de junho de 2023 a 31 de março de 2024, das controladas.

(a) Em 17 de março de 2023 foi formalizado Termo de Dação em Pagamento entre as Empresas do Grupo Atvos, controladas indiretas do controlador da Companhia, FIP Agroenergia, onde foram transferidos os créditos detidos pelos credores financeiros da Tranche B do Plano de Recuperação Judicial naquela data do Grupo Atvos à Soneva, mediante a emissão e posterior integralização de 6.391.642 Debêntures entre a Soneva e os credores originais do PRJ do Grupo Atvos, mantendo todas as condições previstas no referido plano, de forma que naquele momento não houve modificação ou extinção da dívida original do Grupo Atvos à luz do CPC 48 - Instrumentos Financeiros; consequentemente, na Soneva a dação foi tratada como um ativo financeiro até o exercício do bônus de subscrição realizado em junho de 2023, conforme notas explicativas nº 1 e 17, quando a Companhia passou a deter o controle do Grupo Atvos, permanecendo o FIP Agroenergia como controlador final (vide nota explicativa 1). Entre 17 de março e 31 de março de 2023 a Companhia apurou receita financeira sobre esses recebíveis do Grupo Atvos, no montante de R\$23.785, referente à variação monetária, e despesa financeira de R\$41.316, referente à variação cambial negativa da parcela atrelada ao dólar americano. Em 05 de abril de 2023, a Atvos Bioenergia S.A. assumiu os créditos de suas controladas, direta e indiretas, contra a Companhia e, em 19 de junho de 2023, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 17, realizou a 1ª emissão de debêntures desses créditos contra a Soneva, a qual, em 20 de junho de 2023, exerceu o seu direito de subscrição, capitalizando esses créditos ao capital social da Companhia e tornando-se naquela data a nova controladora do Grupo Atvos, mantendo-se o FIP Agroenergia como controlador final no Brasil.

No período de 1º de abril a 20 de junho de 2023, a Companhia apurou receita de juros de R\$109.803 e variação cambial passiva de R\$50.134, referentes à atualização desses créditos junto às suas controladas.

- (b) Refere-se, substancialmente, a repasse de despesas relacionadas à tecnologia da informação, locação e transferência de colaboradores entre empresas da Atvos Inv e do Grupo Novonor.
- (c) Refere-se ao reembolso de despesas e comissões bancárias da Companhia pela sua controlada direta, Atvos Bioenergia, conforme previsto no Acordo de Investimentos.

11 Investimentos

Nenhuma das controladas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores. O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras em controladas e coligadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Investimento em controladas e coligadas avaliada por equivalência patrimonial				
Atvos Bio	4.535.336	4.629.127	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	-	-	64.147	55.800
	4.535.336	4.629.127	64.147	55.800
Outros investimentos avaliados a custo				
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A.	-	-	3.684	-
Outros	-	-	49	49
	-	-	3.733	49
	<u>4.535.336</u>	<u>4.629.127</u>	<u>67.880</u>	<u>55.849</u>

a. Movimentação dos saldos de investimentos em controladas e coligadas

	Controladora			
	2024	Resultado com equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial <i>hedge accounting</i> e derivativos (i)	2025
Atvos Bio	4.629.127	(102.932)	9.141	4.535.336
	<u>4.629.127</u>	<u>(102.932)</u>	<u>9.141</u>	<u>4.535.336</u>

Controladora

	2023	Ajuste inicial de investimentos por obtenção de controle	Resultado com equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial hedge accounting e derivativos (i)	Variações na participação no capital social de controladas (ii)	2024
Atvos Bio	-	(1.926.660)	123.635	(1.627)	6.433.779	4.629.127
	-	(1.926.660)	123.635	(1.627)	6.433.779	4.629.127

Consolidado

	2024	Resultado com equivalência patrimonial	Variações na participação no capital social de controladas	2025
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	55.800	8.347	-	64.147
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A.	-	-	3.684	3.684
Outros	49	-	-	49
	55.849	8.347	3.684	67.880

Consolidado

	2023	Ajuste inicial de investimentos por obtenção de controle	Resultado com equivalência patrimonial	2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	-	51.025	4.775	55.800
Outros	-	49	-	49
	<u>-</u>	<u>51.074</u>	<u>4.775</u>	<u>55.849</u>

- (i) Trata-se de efeito reflexo do *hedge accounting* registrado nas controladas indiretas da Companhia. Durante o exercício social findo em 31 de março de 2024, com a extinção dos créditos da Tranche B em 20 de junho de 2023, e com a extinção da Tranche A devido às alterações qualitativas relevantes promovidas pelo aditivo do Plano de Recuperação Judicial das recuperandas, conforme nota explicativa nº 1, que parte se encontravam dolarizados, além do Finem da controlada indireta da Companhia junto à Caixa Econômica Federal (Cesta de Moedas), para os quais a Companhia adotava a prática do *hedge accounting*, os valores anteriormente mantidos como resultado abrangente em ajuste de avaliação patrimonial foram reciclados ao resultado financeiro, no montante total de R\$ 290.148, sendo R\$183.356 referente à Tranche A e R\$ 106.792 referente à Tranche B..
- (ii) Em 20 de junho de 2023, os créditos assumidos pela Companhia referentes à Tranche B totalizando R\$ 6.433.779 foram capitalizados na controlada direta da Companhia, Atvos Bioenergia S.A., em troca de 90% de participação em seu capital social, conforme notas explicativas n.º 1 e 17. Para fins da elaboração das demonstrações financeiras da Soneva, foram consideradas as informações contábeis da controlada Atvos Bioenergia S.A. de 30 de junho de 2023, por representar um período contábil completo, sendo a diferença dos 10 dias considerada irrelevante pela administração, considerando que os controladores finais da Companhia e controlada são comuns.

b. Informações das investidas

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras das controladas e coligada.

		Controladora									
		<u>Total do ativo</u>		<u>Total do passivo</u>		<u>Patrimônio líquido</u>		<u>Resultado</u>		<u>Resultado com equivalência patrimonial</u>	
Empresa	Participação	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Atvos Bioenergia S.A.	90,00	5.317.902	5.427.341	278.640	283.867	5.039.262	5.143.474	(114.369)	276.456	(102.932)	123.635
		<u>5.317.902</u>	<u>5.427.341</u>	<u>278.640</u>	<u>283.867</u>	<u>5.039.262</u>	<u>5.143.474</u>	<u>(114.369)</u>	<u>276.456</u>	<u>(102.932)</u>	<u>123.635</u>
		Consolidado									
		<u>Total do ativo</u>		<u>Total do passivo</u>		<u>Patrimônio líquido</u>		<u>Resultado</u>		<u>Resultado com equivalência patrimonial</u>	
Empresa	Participação	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (ii)	5,70	1.445.163	1.192.757	318.994	213.126	1.126.169	979.631	175.677	152.307	8.347	4.775
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A.	5,82	10.623	-	5.032	-	5.591	-	(1.835)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		<u>1.455.786</u>	<u>1.192.757</u>	<u>324.026</u>	<u>213.126</u>	<u>1.131.760</u>	<u>979.631</u>	<u>173.842</u>	<u>152.307</u>	<u>8.347</u>	<u>4.775</u>

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 11(a)(ii), o efeito apresentado foi apurado com base no resultado da controlada no período de 30 de junho de 2023 a 31 de março de 2024.
- (ii) Conforme o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial.

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas

12 Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, de seis a oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

a. Composição

	Consolidado			
			2025	2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos e instalações industriais	5.388.422	(3.026.593)	2.361.829	2.451.121
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.224.132	(957.901)	1.266.231	1.318.749
Planta portadora	2.280.441	(296)	2.280.145	2.038.404
Planta portadora em formação	361.500	-	361.500	353.347
Máquinas e equipamentos agrícolas	1.263.198	(709.441)	553.757	404.253
Benfeitorias em imóveis de terceiros	274.832	(238.695)	36.137	49.379
Terras	85.689	-	85.689	85.089
Móveis e utensílios	138.185	(92.820)	45.365	25.971
Veículos	284.920	(118.248)	166.672	69.383
Equipamentos de informática	73.236	(37.614)	35.622	25.956
Imobilizado em andamento	445.664	-	445.664	217.887
Adiantamentos a fornecedores	124.952	-	124.952	121.985
	<u>12.945.171</u>	<u>(5.181.608)</u>	<u>7.763.563</u>	<u>7.161.524</u>

b. Movimentação do imobilizado

Consolidado						
	2024	Adições	Baixas (i)	Transferências (iii)	Depreciação	2025
Equipamentos e instalações industriais	2.451.121	1.412	(196.303)	395.780	(290.181)	2.361.829
Edifícios e benfeitorias	1.318.749	-	-	50.372	(102.890)	1.266.231
Planta portadora	2.038.404	85.663	-	765.201	(609.123)	2.280.145
Planta portadora em formação	353.347	773.354	-	(765.201)	-	361.500
Máquinas e equipamentos agrícolas	404.253	401	(2.871)	229.687	(77.713)	553.757
Benfeitorias em imóveis de terceiros	49.379	-	-	113	(13.355)	36.137
Terras	85.089	-	-	600	-	85.689
Móveis e utensílios	25.971	-	-	23.993	(4.599)	45.365
Veículos	69.383	-	-	112.301	(15.012)	166.672
Equipamentos de informática	25.956	-	-	13.555	(3.889)	35.622
Imobilizado em andamento (ii)	217.887	1.035.777	-	(808.000)	-	445.664
Adiantamentos a fornecedores (ii)	121.985	23.547	-	(20.580)	-	124.952
	<u>7.161.524</u>	<u>1.920.154</u>	<u>(199.174)</u>	<u>(2.179)</u>	<u>(1.116.762)</u>	<u>7.763.563</u>
Consolidado						
	2023	Adições	Baixas	Transferências (iii)	Depreciação	2024
Equipamentos e instalações industriais	2.439.126	741	(13.707)	240.926	(215.965)	2.451.121
Edifícios e benfeitorias	1.353.528	54	-	43.712	(78.545)	1.318.749
Planta portadora	1.682.194	18.752	-	716.478	(379.020)	2.038.404
Planta portadora em formação	468.326	601.499	-	(716.478)	-	353.347
Máquinas e equipamentos agrícolas	242.577	309	(3)	209.094	(47.724)	404.253
Benfeitorias em imóveis de terceiros	61.105	-	-	1.876	(13.602)	49.379
Terras	83.452	-	-	1.637	-	85.089
Móveis e utensílios	21.704	1.406	-	7.537	(4.676)	25.971
Veículos	12.358	-	-	62.848	(5.823)	69.383
Equipamentos de informática	7.009	3.063	-	20.587	(4.703)	25.956
Imobilizado em andamento (ii)	76.413	730.296	(3)	(588.819)	-	217.887
Adiantamentos a fornecedores (ii)	52.818	59.144	-	10.023	-	121.985
	<u>6.500.610</u>	<u>1.415.264</u>	<u>(13.713)</u>	<u>9.421</u>	<u>(750.058)</u>	<u>7.161.524</u>

- (i) No decorrer do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico das máquinas e equipamentos industriais de suas controladas, para a avaliação do seu real valor, por substituição de componentes e duplicidades de manutenções realizadas ao longo de suas vidas úteis. Como resultado desta avaliação, as controladas indiretas da Companhia apuraram uma baixa de R\$ 196.285, líquida de depreciação, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

- (ii) Com o objetivo de atingir e expandir a capacidade instalada das unidades operacionais, a Companhia vem realizando uma série de investimentos, como aumento de plantio, tratos, fertirrigação, reposição de frotas agrícolas, automação da tubulação de vinhaça, sistema de monitoramento de solo, expansão de tanque. Parte substancial desses investimentos tem previsão de serem concluídos no decorrer da safra 25/26.
- (iii) No decorrer da safra 21/22 a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico de suas máquinas e equipamentos agrícolas. Com a conclusão dos trabalhos a administração da Companhia vem identificando e segregando ativos, os quais vem sendo disponibilizados para venda, classificados no balanço patrimonial na rubrica “Outros créditos”, no ativo não circulante. A administração da Companhia iniciou processo de venda desses ativos em leilões, tendo sido concluída a venda e entrega de parte desses ativos no decorrer das safras 23/24 e 25/26. A Administração ainda possui alguns ativos que estão sendo avaliados para venda em próximos leilões e espera que as vendas sejam concluídas no decorrer da safra 25/26.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Em 31 de março de 2025 as controladas da Companhia possuíam ativo imobilizado, correspondentes a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais, planta portadora e propriedades que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras no montante de R\$ 3.518.186 (R\$3.215.893, em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025 a Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual, e não identificou a necessidade de provisão para perda adicional nas demonstrações financeiras.

13 Intangível

a. Composição

	Consolidado			
			2025	2024
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio sobre investimentos (i)	392.133	-	392.133	523.680
Demais intangíveis:				
Outorga e leilão de energia (iii)	1.595.678	(637.232)	958.446	1.080.406
Software	178.296	(116.303)	61.993	22.633
Software em desenvolvimento	550	-	550	515
Licenças ambientais	3.455	(3.308)	147	158
	<u>2.170.112</u>	<u>(756.843)</u>	<u>1.413.269</u>	<u>1.627.392</u>

b. Movimentação do intangível

Consolidado						
	2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2025
Ágio sobre investimentos (i)						
Atvos	187.896	-	-	-	-	187.896
Eldorado	135.696	-	-	-	-	135.696
Alcídia	131.547	-	(131.547)	-	-	-
Conquista do Pontal	42.712	-	-	-	-	42.712
Rio Claro	12.483	-	-	-	-	12.483
Brenco	9.545	-	-	-	-	9.545
Santa Luzia	3.801	-	-	-	-	3.801
	<u>523.680</u>	<u>-</u>	<u>(131.547)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>392.133</u>
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	1.080.406	-	-	(121.960)	-	958.446
Software	22.633	-	(776)	(9.523)	49.659	61.993
Software em desenvolvimento	515	49.712	-	-	(49.677)	550
Licenças ambientais	158	-	-	(29)	18	147
	<u>1.103.712</u>	<u>49.712</u>	<u>(776)</u>	<u>(131.512)</u>	<u>-</u>	<u>1.021.136</u>
	<u>1.627.392</u>	<u>49.712</u>	<u>(132.323)</u>	<u>(131.512)</u>	<u>-</u>	<u>1.413.269</u>
Consolidado						
	2023	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2024
Ágio sobre investimentos (i)						
Atvos	187.896	-	-	-	-	187.896
Eldorado	135.696	-	-	-	-	135.696
Alcídia	131.547	-	-	-	-	131.547
Conquista do Pontal	42.712	-	-	-	-	42.712
Rio Claro	12.483	-	-	-	-	12.483
Brenco	9.545	-	-	-	-	9.545
Santa Luzia	3.801	-	-	-	-	3.801
	<u>523.680</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>523.680</u>
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	1.175.785	-	-	(95.379)	-	1.080.406
Software	22.613	13.575	(3)	(18.615)	5.063	22.633
Software em desenvolvimento	1.595	3.983	-	-	(5.063)	515
Licenças ambientais	170	-	-	(12)	-	158
	<u>1.200.163</u>	<u>17.558</u>	<u>(3)</u>	<u>(114.006)</u>	<u>-</u>	<u>1.103.712</u>
	<u>1.723.843</u>	<u>17.558</u>	<u>(3)</u>	<u>(114.006)</u>	<u>-</u>	<u>1.627.392</u>

- (i) Os ágios provenientes de investimentos apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente. Em 20 de junho de 2023, a controlada direta da Companhia, Atvos Bioenergia, incorporou reversamente a sua, até então, controladora direta, Atvos Agroindustrial S.A., os ágios que ela mantinha registrados, fundamentados em rentabilidade futura das correspondentes unidades geradoras de caixa, e com sua recuperabilidade testada anualmente. No decorrer do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia avaliou por realizar a baixa por *impairment* do ágio referente à aquisição da controlada indireta Alcídia, com impacto consolidado de R\$ 131.547, sendo R\$ 90.895 reconhecido na controlada indireta Atvos Par e R\$ 40.652 na controlada indireta Alcídia, referente à parcela passível de aproveitamento fiscal.
- (ii) Refere-se ao pagamento de outorga pelo direito concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica, que é amortizada pelo período do contrato, com vencimento em 2044, e aos contratos de Leilões de Energia de Reserva (“LER”).

Redução ao valor recuperável do ágio

De acordo com as disposições do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor recuperável de ativos, o ágio é submetido ao teste de perda do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda do valor recuperável é realizado ao final do mês de março de cada exercício. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ágios são agrupados às Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) correspondentes.

Em 31 de março de 2025, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ágios. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para os próximos 05 anos, em base real, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar VHP e etanol, custos operacionais, incluindo aqueles relacionados à geração de energia, além de outros dados macroeconômicos e premissas da administração, além da determinação das taxas de desconto.

Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2025):

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de Crescimento real na perpetuidade (i)	Taxa de desconto nominal
Brenco	5,00%	12,70%
Conquista do Pontal	5,00%	12,70%
Eldorado	5,00%	12,70%
Santa Luzia	5,00%	12,70%
Rio Claro	5,00%	12,70%

- (i) O modelo não considera o crescimento nominal.

Em 31 de março de 2025, ao avaliar o resultado dos testes do valor recuperável dos ágios, a administração não encontrou necessidade de registrar provisões para perdas por redução ao valor recuperável, exceto para o ágio da controlada Alcídia, o qual foi integralmente baixado, com impacto consolidado de R\$131.547, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”. Em 31 de março de 2024, a Companhia procedeu a baixa do valor do ágio registrado referente a controlada indireta da Companhia, Pontal, no montante de R\$21.954, considerando que o mesmo não seria realizado em função de reestruturação societária esperada do Grupo.

Análise de sensibilidade

Considerando o fluxo de caixa descontado projetado, em 31 de março de 2025, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem LAJIDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável das UGCs. Com base nas sensibilidades efetuadas, as seguintes reduções das margens LAJIDA ou aumento das taxas de desconto seriam necessárias para que o valor em uso igualasse o valor contábil de cada UGC:

<u>Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável</u>					
	Conquista do Pontal	Santa Luzia	Eldorado	Rio Claro	Brenco
Taxas de desconto	8,9%	10,2%	8,9%	0,5%	9,9%
Margem LAJIDA	21,2%	25,5%	20,6%	1,2%	21,5%

14 Direito de uso e passivos de arrendamento

Em 31 de março de 2025 e 2024, os saldos atribuídos aos direitos de uso são representados por:

a. Direito de uso

	Consolidado			
			2025	2024
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Parcerias agrícolas	3.464.882	(867.508)	2.597.374	2.422.886
Terras	346.355	(121.596)	224.759	248.662
Máquinas e equipamentos	265.928	(119.202)	146.726	161.687
Veículos	31.549	(13.183)	18.366	7.680
Imóveis	6.556	(3.034)	3.522	3.666
	<u>4.115.270</u>	<u>(1.124.523)</u>	<u>2.990.747</u>	<u>2.844.581</u>

A movimentação do direito de uso durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Consolidado					
	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Imóveis	Total
Saldos em 30 de junho de 2023	<u>2.211.767</u>	<u>201.934</u>	<u>53.827</u>	<u>21.384</u>	<u>3.707</u>	<u>2.492.619</u>
Adições por novos contratos e remensurações (i)	642.813	97.784	148.779	4.205	715	894.296
Baixas	(140.456)	(15.506)	(736)	(36)	-	(156.734)
Depreciação	<u>(291.238)</u>	<u>(35.550)</u>	<u>(40.183)</u>	<u>(17.873)</u>	<u>(756)</u>	<u>(385.600)</u>
Saldos em 31 de março de 2024	<u>2.422.886</u>	<u>248.662</u>	<u>161.687</u>	<u>7.680</u>	<u>3.666</u>	<u>2.844.581</u>
Adições por novos contratos e remensurações (i)	767.317	17.173	48.680	27.045	1.357	861.572
Baixas	(212.275)	-	(10.233)	(411)	-	(222.919)
Depreciação	<u>(380.554)</u>	<u>(41.076)</u>	<u>(53.408)</u>	<u>(15.948)</u>	<u>(1.501)</u>	<u>(492.487)</u>
Saldos em 31 de março de 2025	<u>2.597.374</u>	<u>224.759</u>	<u>146.726</u>	<u>18.366</u>	<u>3.522</u>	<u>2.990.747</u>

- (i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contratos de arrendamento de parceria agrícola.

b. Passivo de arrendamento

Em 31 de março de 2025 e 2024, os passivos de arrendamento são representados por:

	Consolidado			
			2025	2024
	Custo	Ajuste a valor presente	Líquido	Líquido
Parcerias agrícolas	4.320.647	(1.571.530)	2.749.117	2.538.816
Terras	376.105	(128.798)	247.307	258.879
Máquinas e equipamentos	212.834	(38.425)	174.409	184.968

	Consolidado			
	2025		2024	
Veículos	22.415	(2.076)	20.339	8.644
Imóveis	<u>4.503</u>	<u>(554)</u>	<u>3.949</u>	<u>4.034</u>
	<u>4.936.504</u>	<u>(1.741.383)</u>	<u>3.195.121</u>	<u>2.995.341</u>
Passivo circulante			424.715	439.297
Passivo não circulante			2.770.406	2.556.044

A movimentação dos passivos de arrendamento durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Consolidado					Total
	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Edifícios	
Saldos em 30 de junho de 2023	<u>2.273.859</u>	<u>200.939</u>	<u>63.130</u>	<u>23.614</u>	<u>3.951</u>	<u>2.565.493</u>
Adições por novos contratos e remensurações (i)	642.813	97.784	148.779	4.205	715	894.296
Amortização de principal	(237.122)	(24.794)	(27.993)	(18.883)	(630)	(309.422)
Amortização de juros	(137.227)	(27.183)	(28.190)	(1.592)	(372)	(194.564)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	136.029	27.639	29.978	1.325	370	195.341
Baixas	<u>(139.536)</u>	<u>(15.506)</u>	<u>(736)</u>	<u>(25)</u>	<u>-</u>	<u>(155.803)</u>
Saldos em 31 de março de 2024	<u>2.538.816</u>	<u>258.879</u>	<u>184.968</u>	<u>8.644</u>	<u>4.034</u>	<u>2.995.341</u>
Adições por novos contratos e remensurações (i)	767.317	17.173	48.680	27.045	1.357	861.572
Amortização de principal	(314.486)	(28.745)	(47.608)	(14.785)	(1.407)	(407.031)
Amortização de juros	(282.286)	(35.457)	(25.767)	(2.474)	(525)	(346.509)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	252.031	35.457	24.369	2.320	490	314.667
Baixas	<u>(212.275)</u>	<u>-</u>	<u>(10.233)</u>	<u>(411)</u>	<u>-</u>	<u>(222.919)</u>
Saldos em 31 de março de 2025	<u>2.749.117</u>	<u>247.307</u>	<u>174.409</u>	<u>20.339</u>	<u>3.949</u>	<u>3.195.121</u>

- (i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola.

Os saldos a pagar (juros futuros inclusos) tem a seguinte composição de vencimento:

	Consolidado	
	2025	2024
1º ano	424.715	439.297
2º ano	434.960	429.856
3º ano	417.796	414.445
4º ano	427.980	390.245
5º ano	379.370	368.293
A partir do 6º ano	<u>1.110.300</u>	<u>953.205</u>
	<u>3.195.121</u>	<u>2.995.341</u>

15 Fornecedores

	<u>Consolidado</u>	
	2025	2024
Fornecedores - no Brasil:		
- materiais, serviços, investimentos e outros	454.959	397.166
- cana-de-açúcar e parcerias agrícolas	113.590	148.545
- produtos acabados	6.599	12.589
- PRJ ¹	<u>4.672</u>	<u>7.363</u>
	<u>579.820</u>	<u>565.663</u>
Fornecedores - no exterior (moeda estrangeira - nota 31.a):		
- materiais, serviços, investimentos e outros	<u>894</u>	<u>8</u>
	<u>580.714</u>	<u>565.671</u>
Classificados como:		
Passivo circulante		
Fornecedores	576.042	552.865
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	2.334	5.271
Passivo não circulante		
Fornecedores	-	5.443
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹	2.338	2.092

- (i) Créditos inseridos no Plano de Recuperação Judicial, o que fora encerrado em 15 de setembro de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os saldos remanescentes, conforme aditamento do PRJ homologado em 19 de setembro de 2023, possuem as mesmas condições previstas para os créditos financeiros da Tranche A, tendo como indexador para sua atualização CDI (100%), e vencimento final previsto para 20 de dezembro de 2042.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa 31.

16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação.

Modalidade ² e classificação de acordo com o PRJ Finem	Nota (a)	Encargos anuais vigentes			Controladora		Consolidado		Vencimento
		Taxa	Indexador	Moeda	2025	2024	2025	2024	
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	1.389.617	1.182.380	
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	586.439	498.994	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	712.853	606.556	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	(355.234)	(355.234)	2042
					-	-	2.333.675	1.932.696	
Debêntures	(b)								
Garantia Real	10(a)	0%	100% CDI (Tranche A) + Var. PTAX800 ¹	USD	-	-	419.076	335.504	
Quirografário	10(a)	0%	100% CDI (Tranche A) + Var. PTAX800 ¹	USD	-	-	682.170	546.132	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	(93.822)	(93.822)	
					-	-	1.007.424	787.814	
Cédula de Crédito à Exportação ("CCE")	(c)								
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	113.961	96.946	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	563.316	479.179	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	(89.576)	(89.576)	2042
					-	-	587.701	486.549	
Nota de Crédito à Exportação ("NCE")	(c)								
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	390.797	332.510	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	(51.635)	(51.635)	2042
					-	-	339.162	280.875	
Crédito Agroindustrial	(d)								
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	80.217	68.248	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	230.747	196.328	2042
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	(41.092)	(41.092)	

Modalidade ² e classificação de acordo com o PRJ	Nota	Encargos anuais vigentes			Controladora		Consolidado		Vencimento
		Taxa	Indexador	Moeda	2025	2024	2025	2024	
Não submetidos ao PRJ		9,38%	-	BRL	-	-	14.216	23.699	2026
					-	-	284.088	247.183	
Capital de giro	(e)								
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	240.502	204.634	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	(31.775)	(31.775)	2042
					-	-	208.727	172.859	
CDCA e CPR-F	(f)								
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	124.085	105.576	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	59.788	50.874	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	(24.293)	(24.293)	2042
					-	-	159.580	132.157	
Capital de giro sindicalizado	(g)								
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	70.640	60.108	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	(9.331)	(9.331)	2042
					-	-	61.309	50.777	
Finame	(h)								
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	105.673	90.275	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	(16.060)	(16.060)	2042
Não submetidos ao PRJ		9,68%	-	BRL	-	-	2.041	6.126	2025
					-	-	91.654	80.341	
Prorenova	(i)								
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	41.444	35.258	
(-) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	(5.479)	(5.479)	2042

Modalidade ² e classificação de acordo com o PRJ	Nota	Encargos anuais vigentes			Controladora		Consolidado		Vencimento
		Taxa	Indexador	Moeda	2025	2024	2025	2024	
					-	-	35.965	29.779	
PESA	(j)								
Não submetidos ao PRJ		0%	SELIC	BRL	-	-	5.908	7.148	2027
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	99	91	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	-	-	(6)	-	2042
					-	-	6.001	7.239	
					-	-	5.115.286	4.208.269	
Passivo circulante					-	-	13.186	15.566	
Passivo não circulante					-	-	8.979	21.407	
Passivo não circulante – sujeito ao PRJ					-	-	5.093.121	4.171.296	

- (i) CDI: Certificado de Depósito Interbancário
(ii) PESA: Programa Especial de Saneamento de Ativos
(iii) PRJ: Plano de Recuperação Judicial

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 31.

- (i) Conforme nota explicativa nº 1, em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial. O juiz também homologou o aditamento ao plano de recuperação das controladas indiretas da Companhia, iniciado em maio de 2019, o qual foi publicado no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O referido aditamento alterou toda a estrutura de pagamentos dos créditos da Tranche A, alongando o prazo para pagamento de dezembro de 2034 para 2042, e reduzindo os juros originalmente determinados em 115% CDI para 100% do CDI, além de outras alterações qualitativas relevantes, como: (i) a capitalização integral de juros ao principal até 31 de dezembro de 2025; (ii) amortizações trimestrais de juros, limitadas à 6% ao ano, sendo o saldo superior capitalizado ao principal, com projeção de liquidação na última parcela do plano; (iii) amortizações de principal com pagamentos trimestrais a partir de 20 de março de 2026, sendo 0,75% nos primeiros 6 anos e aumentando gradativamente o percentual de liquidação até a última parcela, considerando o saldo teórico; (iv) criação do saldo teórico, o qual considera-se o saldo inicial do plano somado ao valor de juros capitalizados até 31 de dezembro de 2025, sem abater os valores já pagos nos planos (antigo e/ou atual), tendo assim o valor base para cálculo dos percentuais de principal a quitar, até o final do plano; (v) as parcelas liquidadas (Tranche A) do plano original, serão utilizadas como créditos para quitações das primeiras parcelas do novo plano, projetando desembolso de caixa somente a partir de março 2027; e (vi) previsão de amortizações extraordinárias, as quais serão apuradas no encerramento do exercício social da Companhia, iniciando a partir de 31 de março de 2024, e pago até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, sendo o valor abatido das últimas parcelas previstas nos termos do referido aditivo. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados para o resultado financeiro as variações cambiais apuradas e apresentadas em ajuste de avaliação patrimonial, no montante de R\$106.792 (que era parte da estrutura de *hedge accounting* da Companhia), bem como os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R\$49.299. A nova dívida foi inicialmente registrada a valor justo, tendo sido apurado um *haircut* de R\$300.357, reflexo da mudança da taxa de juros apurada da data do pedido de recuperação judicial até a data de modificação, e um ganho de valor justo de R\$1.989.411, considerando o método de fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido da análise de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante a qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia da estimativa de valor justo foi de nível 2.
- (ii) As modalidades acima informadas referem-se às das operações originalmente realizadas. Após inclusão dos referidos créditos ao QGC (Quadro Geral de Credores) do PRJ, todas as operações passam a ter as características e classificações descritas no referido Plano.

- (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola.
- (b) Em 28 de junho de 2017, a controlada indireta da Companhia, Atvos Agroindustrial Participações S.A., emitiu 829.150.000 debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única para colocação privada. Parte das debêntures foi subscrita por empresa relacionada ao ex-acionista controlador da Companhia, a LSF10 Brazil. A administração, respaldada em parecer jurídico dos seus advogados, entendia que tratando-se de crédito listado na recuperação judicial em dólar, ele se submete à disciplina expressa na cláusula 10.5 do Plano de Recuperação Judicial, conjugada ao art. 50, §2º da Lei 11.101/2005, mantendo-se o crédito indexado à variação cambial. Assim, as debêntures mantiveram a sua indexação ao dólar e, a partir da data da impetração do pedido de recuperação judicial, observando os juros previstos no PRJ, incidiram sobre o montante da dívida em dólar. Somente na data do pagamento é que a dívida em dólar, acrescida dos juros, seria convertida para Reais. Em 26 de janeiro de 2023 os direitos creditórios das debêntures foram transferidos à MC Green Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP MC Green”), mantendo todas as condições originais previstas no Plano de Recuperação Judicial. Em 17 de março de 2023, estes direitos creditórios da tranche B foram transferidos à Companhia, conforme Instrumento Particular de Escritura da primeira emissão de debêntures, emitida junto ao FIP MC Green, mediante a emissão e integralização da 7ª série, totalizando 1.056.832 debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real. Na Atvos Par, como as dívidas originais mantiveram todas as condições previstas na PRJ, e naquele momento não houve modificação ou extinção da dívida original à luz do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Com a extinção subsequente da dívida, em 20 de junho de 2023, mediante capitalização pela Companhia (conforme indicado acima), correspondentes ajustes de avaliação patrimonial, no montante de R\$183.356 (que era parte da estrutura de hedge accounting da controlada indireta da Companhia), bem como os custos de transação não ainda amortizados à dívida extinta, foram então reciclados para o resultado financeiro do período.
- (c) Captações realizadas para financiamento da produção de bens destinados à exportação.
- (d) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio.
- (e) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro.
- (f) As CPR-Fs (Cédulas de Produto Rural Financeiras) foram emitidas com a finalidade de alongamento de capital de giro e ampliação de lavoura.
- (g) O CDCA tem como lastro uma CPR-F e foi feito via emissão privada, garantido pelo fluxo de recebíveis de contratos de fornecimento de etanol das controladas.
- (h) Linha de repasse de recursos do BNDES, contratada junto a um sindicato de bancos.
- (i) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas.
- (j) Linha de repasse de recursos do BNDES, com a finalidade de financiar a implantação e renovação de novos canaviais.
- (k) Securitização de dívidas, asseguradas inicialmente às instituições financeiras, através de aquisição no mercado secundário de Certificados do Tesouro nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. O principal do financiamento foi amortizado mediante ao resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontravam custodiados pelas instituições financeiras credoras, restando apenas saldo residual para amortização da operação.

Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício (descontado dos efeitos do valor justo no reconhecimento inicial):

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício (30 de junho de 2023, no comparativo)	-	-	4.208.269	5.921.469
Amortização de principal	-	-	(14.538)	(9.549)
Amortização de juros	-	-	(5.458)	(2.509)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	-	-	823.751	483.427
Amortização de custos de transação	-	-	-	1.016
Baixa de custos de transação	-	-	-	49.299
Reversão da provisão de juros e variação cambial <i>-haircut</i>	-	-	-	(300.357)
Valor justo Tranche A	-	-	-	(1.989.411)
Amortização valor justo Tranche A	-	-	103.262	54.884
Saldo no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.115.286</u>	<u>4.208.269</u>

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento (desconsidera efeitos do valor justo):

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2º ano	-	-	59.027	13.214
3º ano	-	-	209.616	52.439
4º ano	-	-	207.732	184.722
5º ano	-	-	207.732	183.174
6º ano	-	-	207.732	183.174
7º ano	-	-	225.043	183.174
A partir do 8º ano	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.816.484</u>	<u>5.327.331</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.933.366</u>	<u>6.127.228</u>

Valor justo dos empréstimos

Em 31 de março de 2025, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R\$ 4.434.458 (R\$4.091.308, em 31 de março de 2024) e os saldos contábeis totalizam R\$ 5.115.286 (R\$4.208.267, em 31 de março de 2024).

Garantias

Os empréstimos e financiamentos das controladas indiretas da Companhia estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens.

Covenants

A controladas da Companhia não estão sujeitas ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeita apenas a determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”), as quais, conforme Acordo de Investimentos estão suspensas até setembro de 2026. Desta forma, em 31 de março de 2025 e 2024 as controladas da Companhia estão adimplentes com as referidas cláusulas.

17 Debêntures

Modalidade e classificação de acordo com o PRJ Debêntures	Encargos anuais vigentes				Controladora		Consolidado		Vencimento
	Nota	Taxa	Indexador	Moeda	2025	2024	2025	2024	
	Não submetidos ao PRJ	(a)	0%	100% IPCA (Tranche B)	BRL	<u>7.055.910</u>	<u>6.699.606</u>	<u>7.055.910</u>	
					<u>7.055.910</u>	<u>6.699.606</u>	<u>7.055.910</u>	<u>6.699.606</u>	

Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação das debêntures no período:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício (30 de junho de 2023, no comparativo)	6.699.606	6.415.990	6.699.606	6.415.990
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	356.304	283.616	356.304	283.616
Saldo no final do exercício	<u>7.055.910</u>	<u>6.699.606</u>	<u>7.055.910</u>	<u>6.699.606</u>

As debêntures não fazem jus à juros remuneratórios, e possuem prazo de 50 anos, contados a partir da data de emissão, e, portanto, vencimento final em 17 de março de 2073. O valor unitário nominal atualizado das Debêntures será amortizado em uma única data, no vencimento das Debêntures.

Valor justo dos empréstimos

Em 31 de março de 2025, o valor justo dos empréstimos e financiamentos na controladora é igual aos saldos contábeis registrados.

Garantias

As debêntures estão garantidas por alienação fiduciária de ações da Companhia, da Atvos Bioenergia S.A. e da Atvos Agroindustrial Participações S.A., além da cessão fiduciária dos créditos da Tranche B e das debêntures da Tranche B, que garantem, conforme aplicável, as obrigações da Companhia perante os Debenturistas, oriundas tanto da Escritura de Debêntures quanto do Acordo de Investimento, de forma que as referidas garantias serão compartilhadas entre as referidas obrigações. A alienação fiduciária das ações da Atvos Agroindustrial Participações S.A.

Covenants

A Companhia não está sujeita ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeita apenas a determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) existentes na escritura das debêntures, tais como “cross-default” e “negative pledge”, além de outros covenants não financeiros, incluindo mas não limitados à impossibilidade de captação de endividamentos adicionais pela Companhia em montantes superiores a R\$50.000, e a obrigação de amortização das debêntures mediante dividendos a serem recebidos da holding do Grupo Atvos (“Atvos Bioenergia S.A.”), e cuja não observância poderia decretar o vencimento antecipado das debêntures da Companhia. Em 31 de março de 2025 e 2024, as cláusulas restritivas referentes às debêntures estão adimplentes pela Companhia.

18 Salários e encargos

	Consolidado	
	2025	2024
Provisão de participação nos lucros e resultados	60.602	94.952
Provisão de férias e encargos	67.286	59.957
Provisão de 13º salário e encargos	12.850	11.384
Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS")	3.825	3.470
Plano de Previdência Privada - Vexty - Nota 22	-	1.884
Outros	2.306	44
	<u>146.869</u>	<u>171.691</u>

19 Tributos a recolher

	Consolidado	
	2025	2024
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")	38.502	26.943
Instituto nacional de seguro social - ("INSS")	33.057	34.836
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	7.339	7.763
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	29.456	25.529
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	8.526	3.730
Programa de integração social - ("PIS")	6.397	5.537
Imposto sobre serviços ("ISS")	-	159
Demais tributos a recolher	6.008	6.116
	<u>129.285</u>	<u>110.613</u>
Passivo circulante	41.574	56.158
Passivo não circulante (i)	87.711	54.455

- (i) Os tributos a recolher classificados no passivo não circulante tem exigibilidade suspensa, decorrente de processos judiciais onde há a concessão de medida liminar, tutela antecipada, depósito judicial ou sentença proferida que afasta a exigência da cobrança de crédito tributário, assim como na esfera administrativa a qual possui defesa ou recurso ainda com julgamento pendente, situações em consonância com o previsto pelo art. N° 151, do CTN.

20 Adiantamentos de clientes

Em 31 de março de 2025 e 2024, os montantes consolidados registrados no passivo circulante, se referem, substancialmente, a adiantamentos para entrega futura de energia para leilão. Quando aplicável, os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes são apresentados pelo valor líquido.

	Consolidado	
	2024	2024
Adiantamentos de clientes - no Brasil:		
- de clientes	65.546	17.270
	65.546	17.270
Adiantamentos de clientes - no Exterior (moeda estrangeira - nota 31.a):		
- de clientes	-	35
Passivo circulante	65.546	17.305

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2025 e 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$3.000, dividido em 3.000.400 dividido em 3.000.400 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da controladora direta da Companhia, a Agroenergia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. Em 31 de março de 2024, correspondem, basicamente, aos efeitos de aplicação do *hedge accounting* (Nota 31) e ajuste inicial de investimento por equivalência patrimonial. Conforme nota explicativa nº 1, em de 20 de junho de 2023 a Companhia passou a deter diretamente 90% do capital social da Atvos Bioenergia S.A., mediante do consentimento dos acionistas do Grupo Novonor, que, expressamente renunciaram ao seu exercício de direito de preferência com relação à emissão do Bônus de Subscrição, exercendo o seu direito ao bônus de subscrição pela Soneva, se tornando, neste ato, a controladora direta da Atvos Bioenergia S.A., e permanecendo o FIP Agroenergia como controlador final. A diferença entre o valor da participação integralizada pela Companhia na controlada, lastreada na dívida da Atvos Bioenergia com a Soneva, e o valor patrimonial apurado contábil da controlada, foi registrada como ajuste de avaliação patrimonial por se enquadrar como transação de capital entre acionistas sob controle comum, conforme itens 64 a 69 da Interpretação técnica ICPC 09 (R1) - Demonstrações financeiras individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.

c. Reserva legal

Reserva legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

d. Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. Contudo, conforme cláusula 10.5 do Aditamento ao PRJ, a Companhia e suas controladas somente poderão distribuir dividendos a partir de 2027. Adicionalmente, a Companhia avalia os impactos e a necessidade de constituição de reservas de incentivos fiscais no nível individual de suas controladas, na medida em que estas venham a apurar lucro contábil. Os eventuais reflexos dessa constituição são considerados, quando aplicável, nas demonstrações financeiras consolidadas.

e. Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	2025	2024
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(459.237)	(101.568)
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	<u>3.000</u>	<u>3.000</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - em Reais	<u>(153,08)</u>	<u>(33,86)</u>

22 Planos de previdência privada

A Companhia e suas controladas mantêm convênio de adesão com a VEXTY, entidade fechada de previdência privada, instituída pela antiga controladora Novonor, constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A VEXTY proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da VEXTY estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 3.144 integrantes em 31 de março de 2025 (2.758 integrantes, em 31 de março de 2024). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições das controladas da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2025 somaram R\$8.193 (R\$ 6.522, em 31 de março de 2024) e dos participantes R\$17.463 (R\$ 13.938, em 31 de março de 2024).

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

23 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos saldos

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Créditos								
Prejuízos fiscais e bases negativas (ii)	625.105	268.800	625.105	268.800	12.557.664	10.850.119	12.452.644	10.767.559
Diferenças temporárias:								
Provisão para contingências	-	-	-	-	95.386	131.898	95.386	131.898
Instrumentos financeiros derivativos (NDF/Swap)	-	-	-	-	615	16.435	615	16.435
Variação do valor justo do ativo biológico	-	-	-	-	7.273	-	7.273	-
Variação do valor justo de CBIOs	-	-	-	-	19.582	-	19.582	-
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	-	-	-	60.602	94.952	60.602	94.952
Passivos de arrendamento	-	-	-	-	3.195.121	2.995.341	3.195.121	2.995.341
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	-	-	6.121	5.271	6.121	5.271
Provisão para perdas por redução ao valor realizável dos estoques	-	-	-	-	7.988	25.934	7.988	25.934
Perda estimada com realização de impostos	-	-	-	-	2.118	2.350	2.118	2.350
Provisões diversas (iv)	-	-	-	-	7.194	194	7.194	194
Outros ajustes	-	-	-	-	5	159	5	159
Total base de créditos	625.105	268.800	625.105	268.800	15.959.669	14.122.653	15.854.649	14.040.093
Crédito tributário registrado (i)	-	-	-	-	1.049.930	932.669	377.975	335.761
Crédito tributário não registrado (ii)	156.276	67.200	56.259	24.192	2.939.987	2.597.994	1.048.943	927.847
Débitos								
Diferenças temporárias:								
Depreciação Acelerada incentivada (iii)	-	-	-	-	(1.845.309)	(700.230)	(1.845.309)	(700.230)
Amortização de ágio	-	-	-	-	(156.928)	(156.928)	(156.928)	(156.928)
Instrumentos financeiros derivativos (NDF/Swap)	-	-	-	-	(19.400)	(32.388)	(19.400)	(32.388)
Variação do valor justo do ativo biológico	-	-	-	-	(266.475)	(270.044)	(266.475)	(270.044)
Direito de uso	-	-	-	-	(2.990.747)	(2.844.581)	(2.990.747)	(2.844.581)
Valor justo CBIOs	-	-	-	-	-	(8.364)	-	(8.364)
Valor justo Tranche A - Aditivo PRJ - Nota 16	-	-	-	-	(1.831.265)	(1.934.527)	(1.831.265)	(1.934.527)
Valor justo de aplicações financeiras	-	-	-	-	(70)	(752)	(70)	(752)
Provisões diversas (iv)	-	-	-	-	-	(7.339)	-	(7.339)
Atualização de depósito judiciais	-	-	-	-	(13.972)	-	(13.972)	-
Variações cambiais não realizadas	-	-	-	-	(53.419)	-	(53.419)	-
Total base de débitos	-	-	-	-	(7.177.585)	(5.955.153)	(7.177.585)	(5.955.153)
Débitos diferidos totais registrados (34%)	-	-	-	-	(1.794.396)	(1.488.788)	(645.983)	(535.965)
Total líquido	-	-	-	-	(744.466)	(556.119)	(268.008)	(200.204)
Total IR/CS diferidos classificado no passivo não circulante			-	-			(1.012.474)	(756.323)

- (i) Em 31 de março de 2025 e 2024, considerando a expectativa da administração e de acordo com as premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa, a Companhia mantém impostos diferidos ativos registrados até o limite de realização, com base nas projeções futuras de lucro tributável e limitando os valores de realização ao limite de reversão das diferenças temporárias passivas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.
- (ii) Em 30 de maio de 2023 as controladas indiretas da Companhia, Brenco e Alcídia, aderiram ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (“PRLF”), junto à Receita Federal do Brasil, medida excepcional de regularização fiscal por meio da realização da transação resolutive de litígio administrativo tributário, no âmbito das regras estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 1/2023, tendo como benefício a possibilidade de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido de até 70% sobre o saldo devedor. As controladas indiretas da Companhia utilizaram de base de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido o montante total consolidado de R\$116.332 (R\$ 113.680 referente à controlada Brenco e R\$ 2.652 referente à controlada Alcídia), amortizando R\$39.552 (R\$ 38.651 referente à controlada Brenco e R\$ 901 referente à controlada Alcídia), do saldo devedor do parcelamento na adesão ao programa.
- (iii) As controladas indiretas da Companhia utilizam o benefício da depreciação acelerada incentivada rural, prevista no art. 314 do Decreto nº 3.000/99, que consiste no aproveitamento fiscal integral, no próprio ano, dos gastos incorridos com formação da lavoura de cana-de-açúcar e aquisição de implementos agrícolas registrados no ativo imobilizado.
- (iv) Refere-se substancialmente aos efeitos do reconhecimento de receitas de acordo com o CPC 47.

Os impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Consolidado					
	2025		2024		Resultado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	2025	2024 (*)
Débitos						
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	-	-	-	82.905
Diferenças temporárias:						
Depreciação Acelerada incentivada	188.222	(627.405)	71.423	(238.078)	(272.528)	(45.768)
Amortização de ágio	-	(53.356)	-	(53.356)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (NDF/Swap)	1.979	(6.596)	3.304	(11.012)	9.678	(14.333)
Direito de uso e passivo de arrendamento	1.016.854	(1.016.854)	967.158	(967.158)	-	-
Variação do valor justo do ativo biológico	27.180	(90.602)	27.544	(91.815)	849	(45.022)
Valor justo CBIOS	-	-	853	(2.844)	1.991	(1.991)
Valor justo Tranche A - Aditivo PRJ - Nota 1	186.789	(622.630)	197.322	(657.739)	24.576	(460.417)
Custos de transação	-	-	-	-	-	11.975
Valor justo de aplicações financeiras	7	(24)	77	(256)	162	(173)
Provisões diversas	-	-	749	(2.495)	1.746	(1.484)
Atualização de depósito judiciais	1.425	(4.750)	-	-	(3.325)	-
Variações cambiais não realizadas	5.449	(18.162)	-	-	(12.713)	-
Total base de débitos	1.427.905	(2.440.379)	1.268.430	(2.024.753)	(249.564)	(474.308)
		<u>(1.012.474)</u>		<u>(756.323)</u>		

(*) Conforme nota explicativa nº 11(a)(ii), o consolidado abrange apenas o período de 9 meses, de 30 de junho de 2023 a 31 de março de 2024, das controladas.

b. Por entidade jurídica, líquida

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

Entidade	Consolidado					
	Créditos		Débitos		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Atvos Bio	2	-	(6)	-	(4)	-
Atvos Par	14.837	16.119	(47.687)	(50.822)	(32.850)	(34.703)
Eldorado	176.791	173.812	(326.831)	(310.681)	(150.040)	(136.869)
Destilaria Alcídia	4.134	27.541	(13.781)	(37.244)	(9.647)	(9.703)
Pontal	1	4	(5)	(14)	(4)	(10)
Rio Claro	148.232	111.696	(229.314)	(163.735)	(81.082)	(52.039)
Conquista do Pontal	322.983	244.423	(537.208)	(425.309)	(214.225)	(180.886)
Santa Luzia	250.195	245.501	(391.823)	(343.224)	(141.628)	(97.723)
Biometano	4	-	(13)	-	(9)	-
Brenco	510.726	449.334	(893.711)	(693.724)	(382.985)	(244.390)
	<u>1.427.905</u>	<u>1.268.430</u>	<u>(2.440.379)</u>	<u>(2.024.753)</u>	<u>(1.012.474)</u>	<u>(756.323)</u>

c. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 (*)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(459.237)	(101.568)	(269.447)	2.360.934
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	<u>156.141</u>	<u>34.533</u>	<u>91.612</u>	<u>(802.718)</u>
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
- Equivalência patrimonial	(34.997)	42.036	2.838	2.266
- Subvenção estadual	-	-	200.917	161.957
- Vendas de CBIOs	-	-	2.755	87.690
- Custos de transação	-	-	-	(23.191)
- Indébito tributário - SELIC (i)	-	-	2.249	3.480
- Crédito Tributário Reintegra	-	-	498	479
- Baixa ágio por <i>impairment</i>	-	-	(44.726)	-
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (não reconhecidos)	(121.144)	(76.569)	(511.322)	(124.843)
- Refis - Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF") - Nota 16(b)(i)	-	-	-	39.553
- Programa de alimentação ao Trabalhador (PAT)	-	-	5.615	15.209
- Compensação de saldo a pagar com Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	82.905
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(249.564)</u>	<u>(557.213)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	-92,6%	23,6%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(82.905)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(249.564)	(474.308)

(*) Conforme nota explicativa nº 11(a)(ii), o consolidado abrange apenas o período de 9 meses, de 30 de junho de 2023 a 31 de março de 2024, das controladas.

(i) As controladas indiretas da Companhia possuem ações judiciais com decisões favoráveis, ainda sem trânsito em julgado, amparando a exclusão da incidência tributária de IRPJ e CSLL relativo à atualização Selic (juros de mora e correção monetária) incidentes sobre os indébitos tributários. O embasamento jurídico pela exclusão também é fundamentado pelo julgamento da matéria pelo STF no âmbito do Recurso Extraordinário nº 1.063.187, transitado em julgado, a qual declarou a inconstitucionalidade da sua incidência.

24 Compromissos (consolidado)

Na data das demonstrações financeiras atuais, determinadas controladas da Companhia têm compromisso de comercialização para safras futuras de açúcar, etanol e energia elétrica, conforme apresentado abaixo:

	Consolidado		
	Até um ano	De dois a três anos	Acima de três anos
Energia (MWh)	1.643.856	1.412.304	6.744.762
Etanol (m ³)	907.388	-	-
Açúcar (ton)	530.000	-	-
Bagaço de cana de açúcar (ton)	170.000	180.000	-

Em 31 de março de 2025, cerca de 82% do volume total de energia contratado refere-se ao Leilão de Energia Nova (“LEN”) mantido com a controlada indireta da Companhia, Eldorado, com um compromisso mensal de entrega de energia e prazo de fornecimento previsto até 2042. Caso esses volumes não sejam produzidos em sua totalidade pela controlada, se faz necessário realizar compras no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), para completar o atendimento do volume total contratado no leilão.

As controladas indiretas da Companhia possuem ainda cerca de 2% do volume total de energia contratado inserido às regras dos Leilões de Energia de Reserva (“LER”), com prazo de fornecimento previsto até 2025, os quais preveem antecipações mensais dos volumes contratados pela Comercializadora de Energia, onde, caso o vendedor não atenda em sua totalidade esses volumes, é realizado o “Ressarcimento” do valor equivalente aos volumes não entregues. E, caso o volume entregue seja inferior à 90% do contratado, o “Ressarcimento” será o valor do montante não entregue, majorado em 15%. A apuração da entrega é feita ao final de cada safra.

Além desses compromissos, as controladas indiretas da Companhia possuem compromissos de venda de energia no âmbito do mercado livre para os anos de 2025 e 2026. Caso a produção de energia não atenda aos volumes contratados, as controladas deverão contratar os volumes deficitários também no mercado livre para atendimento destes contratos.

A Companhia ainda se encontra em fase de negociação de outros contratos de renovação de etanol e açúcar VHP para a próxima safra. Consequentemente, na data de encerramento destas demonstrações financeiras, os respectivos compromissos não puderam ser mensurados para divulgação.

25 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais.

a. Provisionadas

A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Consolidado	
	2025	2024
Processos trabalhistas	17.159	31.265
Processos cíveis	47.767	59.452
Processos ambientais	1.138	848
Processos tributários	15.407	39.793
Passivo não circulante	81.471	131.358

As movimentações das contingências provisionadas no exercício estão apresentadas conforme segue:

	Consolidado			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e ambientais	Total
Saldos em 30 de junho de 2023	22.256	56.786	136.243	215.285
Adições	38.914	11.653	22.449	73.016
Reversões (i)	(13.298)	(15.820)	(49.752)	(78.870)
Utilizações	(5.637)	(12.376)	(48.611)	(66.624)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	(2.442)	(8.978)	(29)	(11.449)
Saldos em 31 de março de 2024	39.793	31.265	60.300	131.358
Adições	14.265	9.576	10.695	34.536
Reversões	(15.422)	(10.111)	(2.620)	(28.153)
Utilizações	(11.945)	(14.687)	(19.465)	(46.097)
Saldos cobertos por depósitos judiciais	(11.284)	1.116	(5)	(10.173)
Saldos em 31 de março de 2025	15.407	17.159	48.905	81.471

- (i) Refere-se, substancialmente, à reversão dos processos inseridos ao Refis (PRLF) e à processos cíveis, os quais a administração do Grupo Atvos realizou acordo para pagamento inferior ao valor provisionado. Com isso, os valores foram estornados até o limite do novo valor acordado entre às partes.

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos trabalhistas

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; e (iv) indenização por danos morais.

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas eram partes envolvidas em 387 processos trabalhistas (573, em 31 de março de 2024), com prognóstico de perda provável.

Processos cíveis e ambientais

Referem-se a: (i) indenizações de natureza diversa; (ii) sanções administrativas ambientais impostas em razão de incêndio ocorrido em área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar, cuja legalidade e exigibilidade vêm sendo contestadas judicialmente, ocasião em que foram realizados depósitos judiciais dos valores objeto de discussão; (iii) honorários de sucumbência a serem pagos aos advogados das partes contrárias.

Destacam-se:

- (i) Processo impetrado pela empresa Fronha Logística e Transportes Ltda., que tem no polo passivo a controlada indireta da Companhia, Conquista do Pontal, cujo objeto principal trata-se de cobrança de multa contratual sobre contrato firmado de transporte de cana. Em 31 de março de 2025 o valor provisionado para a contingência deste processo é de R\$9.571 (R\$ 8.951, em 31 de março de 2024).
- (ii) Processo proposto por Andrela União Agrícola Ltda. em desfavor da controlada indireta da Companhia, Atvos Bioenergia Brenco S.A., cujo objeto principal é o pedido de indenização por danos materiais e morais decorrentes da rescisão de contrato de prestação de serviços agrícola de preparo de solo e plantio. No último trimestre da safra 24/25 as partes celebraram acordo, devidamente homologado judicialmente e com o consequente pagamento pela Companhia, restando apenas o arquivamento definitivo do processo na data das demonstrações financeiras atuais (R\$ 20.000, em 31 de março de 2024).

Processos tributários

Referem-se a: (i) exigência de multa por suposta omissão de cobertura cambial relacionada à exportação; (ii) cobrança do adicional de 20% sobre a contribuição ao SENAI, em razão da cia ter superado 500 integrantes do período cobrado; (iii) glosa de créditos de PIS e COFINS; (iv) cobrança ICMS operação exportação; e (v) glosa de crédito ICMS CIAP e outros. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas ao imposto de renda de exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de imposto de renda no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Companhia é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Companhia têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e a provisão para contingências foi avaliada pela administração como adequada em face às perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências.

b. Não provisionadas

Algumas controladas são parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade possível (ou possível com viés de remoto à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento sobre Tributos sobre o Lucro), pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. Referidas contingências e riscos não provisionados incluem:

	Consolidado	
	2025	2024
Processos tributários	978.003	1.044.176
Processos cíveis	53.487	50.062
Processos trabalhistas	23.780	31.212
Processos ambientais	21.539	13.006
	<u>1.076.809</u>	<u>1.138.456</u>

Processos tributários

Dentre as demandas tributárias consideradas como perda possível ou possível com viés de remoto, destacam-se:

- (a) Cobrança de ICMS em decorrência de: (i) suposta perda de diferimento nas saídas interestaduais e aplicação do regime administrativo cautelar nas operações no Mato Grosso; (ii) cobrança de ICMS DIFAL; (iii) suposto creditamento indevido; (iv) exportações supostamente não comprovadas; (v) suposta manutenção de passivo fictício; e (vi) cobrança de ICMS em operação com ICMS diferido no montante de R\$ 547.878 em 31 de março de 2025 (R\$ 455.127, em 31 de março de 2024);
- (b) Declarações de compensação e pedidos de ressarcimento não homologados e respectiva multa isolada de 50% envolvendo o crédito de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais. O total envolvido nos processos é de R\$ 265.175 em 31 de março de 2025 (R\$ 287.030, em 31 de março de 2024);
- (c) Cobrança de contribuição previdenciária da agroindústria em razão da reapuração das bases de cálculo desta contribuição e da contribuição para o SENAR, nelas incluindo de forma equivocada, valores que não compõem a receita bruta proveniente da produção rural ou agroindustrial. Os processos dessa natureza somam R\$ 80.706 em 31 de março de 2025 (R\$222.634, em 31 de março de 2024); e
- (d) Cobrança de IOF no âmbito do contrato de conta corrente mantido entre as empresas do Grupo Atvos. Montante total envolvido de R\$ 84.243 em 31 de março de 2025 (R\$ 79.386, em 31 de março de 2024).

Tratamentos fiscais incertos

Na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (IRPJ e CSLL), a Companhia avalia se há qualquer posição fiscal incerta e, caso não seja provável (mais que 51%) que será obtido êxito em decisões de tribunais superiores de última instância sobre a posição, a Companhia deve constituir provisão para o referido passivo tributário. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas eram parte envolvida em 124 (157, em 31 de março de 2024), processos trabalhistas com prognóstico de perda possível. As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) indenização por danos morais; (ii) tempo à disposição; (iii) diferença de horas extras; (iv) intervalo intrajornada; (v) adicional de periculosidade e insalubridade; e (vi) descanso semanal remunerado.

Processos cíveis e ambientais

Em 31 de março de 2025, as controladas da Companhia eram parte envolvida em 176 (172, em 31 de março de 2024), processos cíveis com prognóstico de perda possível. As demandas cíveis têm como principais pedidos indenizações por dano material e moral e ações de cobrança.

c. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, apresentados no ativo não circulante. Os depósitos judiciais são apresentados líquidos das provisões para contingências para os quais eles estão cobrindo.

	Consolidado	
	2025	2024
Processos tributários	18.313	18.111
Processos cíveis	8.142	7.388
Processos trabalhistas	2.538	2.670
Outros	305	348
	29.298	28.517

26 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2025	2024 (*)
Receita bruta		
Mercado interno		
Etanol hidratado	3.615.629	3.160.812
Etanol anidro	2.114.955	947.479
Energia elétrica	734.508	514.898
Cana-de-açúcar	62.012	848
CBIOS	9.531	244.236
Outras vendas	18.708	15.056
	6.555.343	4.883.329
Mercado externo		
Açúcar bruto interno (VHP)	1.257.785	1.318.716
Etanol hidratado	200.986	10.419
Etanol anidro	7.919	-
	1.466.690	1.329.135
Receita bruta total	8.022.033	6.212.464
(-) Tributos sobre vendas	(358.891)	(488.123)
(-) Frete sobre vendas	(283.361)	(215.252)
(-) Armazenagem	(77.962)	(49.482)
(-) Devoluções	(5.643)	(6.282)
Receita líquida total	7.296.176	5.453.325

(*) Conforme nota explicativa nº 11(a)(ii), o consolidado abrange apenas o período de 9 meses, de 30 de junho de 2023 a 31 de março de 2024, das controladas.

27 Despesas e custos dos produtos e serviços vendidos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 (*)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	-	-	(1.856.246)	(1.604.810)
Despesas com pessoal	-	-	(619.105)	(488.967)
Serviços de terceiros	-	(317)	(318.907)	(242.064)
Materiais para revenda	-	-	(85.584)	(56.971)
Taxas e encargos de energia	-	(47)	(100.575)	(75.520)
Outras despesas	-	(7)	(91.401)	(25.643)
	-	(371)	(3.071.818)	(2.493.975)
Depreciações e amortizações:				
da planta portadora	-	-	(611.033)	(439.784)
de ativos biológicos colhidos	-	-	(870.759)	(513.149)
de direito de uso	-	-	(492.484)	(385.602)
de ativos tangíveis e intangíveis	-	-	(1.129.518)	(730.258)
	-	-	(3.103.794)	(2.068.793)
Variação do valor justo do ativo biológico	-	-	265.245	248.055
	-	(371)	(5.910.367)	(4.314.713)
Classificados em:				
Custo dos produtos vendidos	-	-	(5.439.381)	(3.963.929)
Despesas com vendas	-	-	(12.375)	(3.277)
Despesas administrativas e gerais	-	(371)	(458.611)	(347.507)
	-	(371)	(5.910.367)	(4.314.713)

(*) Conforme nota explicativa nº 11(a)(ii), o consolidado abrange apenas o período de 9 meses, de 30 de junho de 2023 a 31 de março de 2024, das controladas.

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2025	2024 (*)
Outras receitas:		
Reversão perda estimada com realização de impostos - Nota 9	232	220
Venda de ativos imobilizados, líquidas – Nota 12 (b)(iii)	104.451	2.564
Sinistros	2.833	3.474
Reversão passivos contingentes (i)	39.714	72.478
Receitas de superveniências (iii)	61.959	2.281
Liminar INSS (iv)	-	9.742
Dividendos recebidos	2.062	1.238
Receitas com penalidades contratuais	10.742	5.802
Outras receitas	1.981	99
	223.974	97.898
Outras despesas:		
Provisão para perdas de crédito esperadas	(850)	(4.682)
Efetivação de perdas em títulos a receber	(3)	(594)
Provisão para realização de ativos (ágio) - Nota 13	(131.547)	-
Multa ANEEL (ii)	(25.841)	(18.792)

	Consolidado	
	2025	2024 (*)
Multas não recorrentes	(15.388)	(1.163)
Efetivação de perdas em processos judiciais	(42.709)	(66.455)
Baixa do valor residual de ativos - Nota 12(b)(i)	(301.683)	(17.937)
Indenizações pagas	(3.274)	(1.526)
Outras despesas	(4.110)	(651)
	(525.405)	(111.800)
	(301.431)	(13.902)

- (*) Conforme nota explicativa nº 11(a)(ii), o consolidado abrange apenas o período de 9 meses, de 30 de junho de 2023 a 31 de março de 2024, das controladas.
- (i) No comparativo, refere-se, substancialmente, à reversão dos processos inseridos ao PRLF e à processos cíveis e tributários, os quais a Administração do Grupo Atvos realizou acordo para pagamento inferior ao valor provisionado. Com isso, os valores foram estornados até o limite do novo valor acordado entre às partes.
- (ii) Refere-se às multas pagas pelo não cumprimento dos volumes mínimos de faturamento de energia na modalidade Leilão de Energia de Reserva (LER).
- (iii) No decorrer da safra 24/25 certas controladas indiretas da Companhia realizaram o reconhecimento extemporâneo de créditos tributários, sendo eles relacionados principalmente ao crédito presumido de Pis e Cofins sobre insumos adquiridos para a produção de açúcar VHP, conforme previsto na Lei nº 10.925/2004 e ao ICMS incidente sobre as aquisições de produtos intermediários essenciais às atividades dessas controladas.
- (iv) Provisões sobre a limitação de incidência das contribuições parafiscais do sistema “S” limitada a base de cálculo de 20 salários-mínimos e não incidência de contribuição previdenciária sobre verba de caráter indenizatório. Para ambos os temas não há decisão em definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente, e a Companhia junto com seu departamento Jurídico e escritórios externos contratados continuam acompanhando os desdobramentos dos processos e desta forma entendem que as provisões contábeis são suficientes para a cobertura do risco. Em março de 2024, houve decisão desfavorável à Companhia em relação à limitação de 20 salários-mínimos, contudo o recolhimento será aplicável ao Grupo apenas após a decisão, tendo em vista as liminares das empresas sobre o tema. Assim, os valores provisionados foram estornados.

29 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 (*)
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	-	56.246	19.141
Variação monetária ativa	-	109.483	579	111.248
Rendimento com aplicações financeiras	-	-	149.994	89.808
Ajuste a valor de mercado	-	-	202	1.671
Descontos obtidos com aditivo do PRJ - Nota 16	-	-	-	307.954
Valor justo aditivo Tranche A - Nota 16	-	-	-	1.989.411
Outras receitas financeiras	-	-	2.170	1.430
	-	109.483	209.191	2.520.663
Despesas financeiras:				
Juros passivos e variação monetária passiva	(356.304)	(282.464)	(1.079.253)	(828.753)
Ajuste a valor presente	-	-	(314.667)	(195.341)
Amortização (baixa) de custos de transação (i)	-	-	-	(50.308)
Amortização do valor justo Tranche A - Nota 16	-	-	(103.262)	(54.884)
Tributos e encargos sobre operações financeiras	-	-	(21.446)	(15.499)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 (*)
Despesas e comissões bancárias	(1)	(881)	(4.608)	(4.309)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(727)	(159)
Outras despesas financeiras	-	-	(144)	(1.413)
	<u>(356.305)</u>	<u>(283.345)</u>	<u>(1.524.107)</u>	<u>(1.150.666)</u>
Variações cambiais, líquidas:				
Variação cambial ativa	-	-	336.899	19.550
Variação cambial passiva	-	(50.970)	(384.155)	(158.098)
	<u>-</u>	<u>(50.970)</u>	<u>(47.256)</u>	<u>(138.548)</u>
	<u>(356.305)</u>	<u>(224.832)</u>	<u>(1.362.172)</u>	<u>1.231.449</u>

- (*) Conforme nota explicativa nº 11(a)(ii), o consolidado abrange apenas o período de 9 meses, de 30 de junho de 2023 a 31 de março de 2024, das controladas.
- (i) Refere-se, substancialmente, a baixa dos custos de transação das dívidas extintas por capitalização/liquidação e extinção, totalizando R\$111.003, sendo R\$54.816 referente à Tranche A, R\$ 6.888 referente à liquidação integral da dívida perante à Caixa Econômica Federal e R\$ 49.299 referente à Tranche B, conforme nota explicativa nº 16.

30 Cobertura de seguros

Os seguros da Companhia e de suas controladas são contratados conforme política estabelecida pela Administração e garantias vigentes.

A Companhia e suas controladas integram o programa de segurança operacional, o qual visa a melhoria contínua da operação e da segurança de seus colaboradores, com foco em treinamento e capacitação dos times, visando, entre outros objetivos, a redução dos riscos de acidentes. Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas possuem contratos de seguros com coberturas para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades, sendo as principais coberturas / apólices destacadas abaixo:

Item	Riscos cobertos	Controladora e consolidado (i)	
		2025	2024
Risco Operacional (ii)	Riscos operacionais - "All Risks" (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como lucros cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de dano material coberto pela apólice).	1.265.000	1.265.000
Responsabilidade Civil Geral	Responsabilidade civil geral limite máximo de indenização de R\$ 80.000 por evento, limitado ao valor máximo de R\$ 160.000.	160.000	160.000
Responsabilidade Civil Ambiental	Garantir a proteção financeira em caso de danos ao meio ambiente decorrentes das atividades do Grupo. Essa apólice visa ressarcir os prejuízos, incluindo custos de remediação, limpeza e monitoramento, bem como eventuais danos a terceiros, incorridos por poluição ambiental.	1.000	1.000
D&O Seguro de Proteção de Dados e	D&O (responsabilidade civil de administradores, diretores e /ou conselheiros), com limite máximo de indenização na apólice primária de R\$50.000, com apólice de excesso limitada à R\$ 100.000.	150.000	150.000
Responsabilidade Cibernética	Proteger o Grupo contra os riscos financeiros e reputacionais resultantes de ataques cibernéticos, violações de dados e outras ameaças digitais.	5.000	5.000

- (i) Corresponde ao valor máximo de cobertura para diversas localidades seguradas.
- (ii) As coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) para veículos não estão excluídas, pois têm apólice específica, tendo como referência 100% da tabela FIPE.

A administração considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

31 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros. Se necessário, instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros, assim como a adoção da prática da contabilidade de *hedge*.

31.1 Riscos de mercado

a. Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

As controladas estão expostas diretamente à variação cambial relativa principalmente a valores a receber resultante de receitas de exportação e dívidas contratadas indexadas em moeda estrangeira, substancialmente em dólares-americanos, assim como indiretamente pelo impacto em certos custos de produção relacionados a insumos agrícolas indexados nesta moeda. Se necessário, esse risco é administrado, por meio da contratação de (“NDFs - *Non deliverable forwards*”) e/ou contratos de *swaps*. Cabe ressaltar que as decisões são tomadas a partir do resultado líquido da exposição cambial (ativos menos passivos). As operações, quando efetuadas, são realizadas com instituições financeiras de primeira linha.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, atuais:

	Consolidado	
	2025	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	41.149	7.166
Caixa e equivalentes de caixa (margem de garantia)	24.319	4.235
Instrumentos financeiros derivativos	393.143	68.466
Contas a receber de clientes	51.345	8.942
Total dos ativos	509.956	88.809
Passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	894	156
Empréstimos e financiamentos	1.101.246	191.781
Instrumentos financeiros derivativos	14.785	2.575
Total dos passivos	1.116.925	194.512
Subtotal ativo (passivo)	(606.969)	(105.703)
(-) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.101.246	191.781
Exposição líquida ativa	494.277	86.078

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de contabilidade *hedge* da Companhia.

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, atuais à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,7422, por US\$1,00 para os ativos e para os passivos.

b. *Risco de volatilidade no preço de açúcar e etanol*

As controladas estão expostas à variação do preço do açúcar no mercado internacional relativo, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto. À variação do preço de açúcar é gerenciada ativamente por meio de contratos futuros e de opções de Sugar #11 na bolsa de mercadorias futuras de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY). Conforme Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, a administração da Companhia e de suas controladas está autorizada a contratar operações de fixação de preço de açúcar lastreadas sem limitação sobre a sua produção da safra, atual e futura, desde que previamente aprovadas pela Administração.

Adicionalmente, as controladas estão expostas à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessária, é feita por meio de instrumentos financeiros que tenham aderência e correlação direta ou indireta com os preços de etanol ou contratos futuros de Etanol Hidratado na bolsa de mercadorias futuras da B3. A exposição líquida desses instrumentos está divulgada na nota explicativa nº 31.1(e).

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam contratos em aberto de futuros e *swap*, bem como possuíam resultado represado no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial, que tem como objeto de *hedge* as vendas esperadas altamente prováveis.

c. *Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas, sendo que parte substancial da alavancagem teve sua atualização monetária e indexação, quando aplicável, fixadas em razão da PRJ (Nota explicativa nº 16). No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural de parte importante do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, e que as dívidas vinculadas ao PRJ também têm indexações pós fixadas (principalmente CDI). Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados, se necessário, através das aplicações financeiras *offshore* e pelas receitas de exportações, estando também a Companhia, conforme anteriormente comentado, apta a contratar NDFs ou contratos de *swaps*. A Companhia iniciou a contratação desses instrumentos financeiros a partir do mês de junho de 2023.

d. *Análise de sensibilidade dos riscos de mercado*

Para a análise de sensibilidade do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia considerou no cenário provável as taxas de juros projetadas dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, conforme taxas abaixo (fonte Boletim Focus) e as projeções de dólar americano para 31 de março de 2025 para sensibilidade dos saldos em moeda estrangeira. Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário atual corresponde a condição de estabilidade nas taxas de juros, sem variação. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas projeções do dólar americano e nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, com variação de 5% nas taxas. O Cenário 2 corresponde ao cenário considerado possível, com a uma alteração de 15% nas taxas. O Cenário 3 corresponde ao cenário remoto, com a alteração de 25% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir.

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças dos fatores de risco de câmbio. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*

Consolidado

Fator de risco	Exposição	Cenário atual			Apreciação do fator de risco			Depreciação do fator de risco		
		Valor	Taxa	Valor	Cenário 1 provável 5%	Cenário 2 possível 15%	Cenário 3 remoto 25%	Cenário 1 provável -5%	Cenário 2 possível -15%	Cenário 3 remoto -25%
Instrumento	Valor			Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	US\$ 41.149	6,0000	1.847	1.939	2.124	2.309	(1.939)	(2.124)	(2.309)	
Caixa e equivalentes de caixa (margem de garantia)	US\$ 24.319	6,0000	1.092	1.147	1.256	1.365	(1.147)	(1.256)	(1.365)	
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	US\$ 393.143	6,0000	17.650	18.533	20.298	22.063	(18.533)	(20.298)	(22.063)	
Contas a receber de clientes	US\$ 51.345	6,0000	2.305	2.420	2.651	2.881	(2.420)	(2.651)	(2.881)	
Fornecedores	US\$ (894)	6,0000	(40)	(42)	(46)	(50)	42	46	50	
Empréstimos e financiamentos	US\$ (1.101.246)	6,0000	(49.441)	(51.913)	(56.857)	(61.801)	51.913	56.857	61.801	
Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	US\$ (14.785)	6,0000	(664)	(697)	(764)	(830)	697	764	830	
Resultado financeiro líquido (estimado)			(27.251)	(28.613)	(31.338)	(34.063)	28.613	31.338	34.063	
Impacto adicional no resultado e no patrimônio (variação)				(1.362)	(4.087)	(6.812)	1.362	4.087	6.812	

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças das taxas de juros:

Controladora										
Fator de risco	Exposição	Cenário atual	Apreciação do fator de risco			Depreciação do fator de risco				
			Cenário 1 provável 5%	Cenário 2 possível 15%	Cenário 3 remoto 25%	Cenário 1 provável -5%	Cenário 2 possível -15%	Cenário 3 remoto -25%		
	Valor	%	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	
Instrumento										
Debêntures	IPC-A	(7.055.910)	4,50%	(317.516)	(333.392)	(365.143)	(396.895)	333.392	365.143	396.895
Resultado financeiro líquido (estimado)				(317.516)	(333.392)	(365.143)	(396.895)	333.392	365.143	396.895
Impacto adicional no resultado e no patrimônio (variação)				(15.876)	(47.627)	(79.379)	15.876	47.627	79.379	
Consolidado										
Fator de risco	Exposição	Cenário atual	Apreciação do fator de risco			Depreciação do fator de risco				
			Cenário 1 provável 5%	Cenário 2 possível 15%	Cenário 3 remoto 25%	Cenário 1 provável -5%	Cenário 2 possível -15%	Cenário 3 remoto -25%		
	Valor	%	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	
Instrumento										
Aplicações financeiras - Nota 5(a)	100% CDI	161.028	12,50%	20.158	21.166	23.182	25.198	(21.166)	(23.182)	(25.198)
Aplicações financeiras - Nota 5(b)	100% CDI	297.036	12,50%	37.185	39.044	42.763	46.481	(39.044)	(42.763)	(46.481)
Empréstimos e financiamentos	100% CDI	(5.811.424)	12,50%	(726.428)	(762.749)	(835.392)	(908.035)	762.749	835.392	908.035
Empréstimos e financiamentos	IPC-A	(7.055.910)	4,50%	(317.516)	(333.392)	(365.143)	(396.895)	333.392	365.143	396.895
Empréstimos e financiamentos	SELIC	(5.908)	12,50%	(739)	(776)	(850)	(924)	776	850	924
Resultado financeiro líquido (estimado)				(987.340)	(1.036.707)	(1.135.440)	(1.234.175)	1.036.707	1.135.440	1.234.175
Impacto adicional no resultado e no patrimônio (variação)				(49.367)	(148.100)	(246.835)	49.367	148.100	246.835	

e. Instrumentos financeiros e Hedge accounting

A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Como objeto de *hedge* foram consideradas as vendas esperadas altamente prováveis (vendas futuras), e como instrumento os pagamentos esperados das dívidas em moeda estrangeira (indexadas ao dólar americano).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que as designações para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange* (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs), *Swaps* e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco mencionados no item 31.2.

Nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, atuais e em 31 de março de 2025, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

	Consolidado			
	2025			
	Valor/ Volume contratado	Preço/ taxa média	Valor de referência (nocial) R\$	Valor justo (Fair value) R\$
No ativo circulante – Ganho				
Depósito de margem (i)	-	-	-	35.684
Contratos futuros de mercadoria - <i>Sugar</i> #11 – Bolsa				
- Compromissos de venda	72.190	20,30	188.952	13.265
Contratos a termo de moeda (NDF/Swap) - Dólar - Balcão				
- Compromissos de venda	33.872	6,0283	204.191	6.135
Sub-total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante – Ganho				19.400
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				55.084
No passivo circulante – Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Soja - Bolsa				
- Compromissos de compra	49.669	146,74	7.288	308
Contratos a termo de moeda (NDF/Swap) - Dólar - Balcão				
- Compromissos de compra	1.196	6,1809	7.392	304
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				612
No passivo não circulante – Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Soja - Bolsa				
- Compromissos de compra	680	153,87	105	3
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				3

Soneva Energias Renováveis S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de março de 2025

Consolidado				
2024				
	Valor/ Volume contratado	Preço/ taxa média	Valor de referência (nocial) R\$	Valor justo (Fair value) R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem (i)	-	-	-	111.212
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
- Compromissos de compra	55.070	19,86	119.017	14.124
- Compromissos de venda	218.907	23,02	548.096	18.239
Contratos futuros de mercadoria - Etanol - Bolsa				
- Compromissos de venda	3.150	2.539,62	7.451	25
Sub-total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante - Ganho				32.388
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				143.600
No passivo circulante – Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
- Compromissos de venda	158.198	21,27	360.226	13.779
Contratos futuros de mercadoria - Etanol - Bolsa				
- Compromissos de venda	30.030	2.320,81	66.639	2.656
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				16.435

- (i) O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, atuais, é como segue:

Consolidado								
2025					2024			
	Ativo	Passivo	Total em outros resultados abrangentes	Total reconhecido no resultado do exercício	Ativo	Passivo	Total em outros resultados abrangentes	Total reconhecido no resultado do exercício
Instrumentos financeiros:								
Derivativos de mercadorias - NDF/Swap	13.265	311	12.944	(10)	32.388	13.779	25	18.584
Derivativos de câmbio - NDF/Swap	6.135	304	6.851	1.020	-	2.656	(2.656)	-
	19.400	615	19.795	1.010	32.388	16.435	(2.631)	18.584
Tributos diferidos sobre os itens acima	(6.597)	-	(6.594)	3	(11.012)	-	(9)	(11.003)
	12.803	615	13.201	1.013	21.376	16.435	(2.640)	7.581

Nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				
	Safra 25/26	Safra 26/27	Safra 27/28	Safras futuras	Total
Instrumentos financeiros derivativos:					
Derivativos de mercadorias - NDF/Swap	12.957	(3)	-	-	12.954
Derivativos de câmbio - NDF/Swap	5.831	-	-	-	5.831
	18.788	(3)	-	-	18.785
Tributos diferidos sobre os itens acima	(6.597)	-	-	-	(6.597)
	12.191	(3)	-	-	12.188

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos consolidados em outros resultados abrangentes durante o exercício:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(2.640)	-
Movimentações ocorridas no exercício:		
Designação como <i>hedge accounting</i>		
- Valor justo de futuros de <i>commodities</i>	12.919	25
- Valor justo de futuros de câmbio	9.507	(2.656)
Total das movimentações ocorridas no exercício (antes dos tributos diferidos)	22.426	(2.631)
Efeito dos tributos diferidos nos ajustes de avaliação patrimonial (i)	(6.585)	(9)
Saldo no final do exercício	13.201	(2.640)

- (i) A Companhia e as controladas não reconhecem impostos diferidos ativos sobre o *hedge accounting* por não terem histórico de lucros tributáveis futuros.

31.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	26	27	46.373	25.135
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	-	-	594.647	880.489
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	-	-	35.684	111.212
Aplicações financeiras	-	-	297.036	280.042
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	19.400	32.388
Contas a receber de clientes	-	-	593.942	130.967
	26	27	1.587.082	1.460.233

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

31.3 Risco de liquidez

O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreados em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

	Controladora				
	Fluxo contratual				
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos
Em 31 de março de 2025					
Debêntures	7.055.910	7.055.910	-	-	7.055.910
	<u>7.055.910</u>	<u>7.055.910</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.055.910</u>
Em 31 de março de 2024					
Debêntures	6.699.606	6.699.606	-	-	6.699.606
	<u>6.699.606</u>	<u>6.699.606</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.699.606</u>
	Consolidado				
	Fluxo contratual				
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos
Em 31 de março de 2025					
Fornecedores	580.714	580.714	578.376	2.338	-
Empréstimos e financiamentos	5.115.286	6.946.552	13.186	268.643	6.664.723
Debêntures	7.055.910	7.055.910	-	-	7.055.910
Passivos de arrendamento	3.195.121	4.984.632	813.613	1.456.165	2.714.854
Instrumentos financeiros derivativos	615	615	612	3	-
Adiantamentos de clientes	65.546	65.546	65.546	-	-
Outros débitos	6.546	6.546	1.101	5.445	-
	<u>16.019.738</u>	<u>19.640.515</u>	<u>1.472.434</u>	<u>1.732.594</u>	<u>16.435.487</u>
Em 31 de março de 2024					
Fornecedores	565.671	565.671	558.136	7.535	-

Consolidado					
Fluxo contratual					
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos
Empréstimos e financiamentos	4.208.269	6.142.794	15.566	250.375	5.876.853
Debêntures	6.699.606	6.699.606	-	-	6.699.606
Passivos de arrendamento	2.995.341	3.999.808	795.733	1.991.319	1.212.756
Instrumentos financeiros derivativos	16.435	16.435	16.435	-	-
Adiantamentos de clientes	17.305	17.305	17.305	-	-
Outros débitos	12.925	12.925	3.269	9.656	-
	14.515.552	17.454.544	1.406.444	2.258.885	13.789.215

31.4 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (*leverage*), representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio.

O capital de terceiros, que compreende a dívida líquida (*net debt*) da Companhia, é calculado considerando o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado (líquidos de custo de transação), reduzido de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento.

O capital não é administrado no nível individual da controladora, somente no consolidado.

31.5 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

a. Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

		Controladora	
	Classificação	2025	2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	Custo amortizado	26	27
Total dos ativos		26	27
Passivos financeiros			
Debêntures	Outros passivos financeiros	7.055.910	6.699.606
Total dos passivos		7.055.910	6.699.606

		Consolidado	
	Classificação	2025	2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	Custo amortizado	46.373	25.135
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio do resultado	594.647	880.489
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	Valor justo por meio do resultado	35.684	111.212
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	297.036	280.042
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo instrumentos de <i>hedge</i>	19.400	32.388
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	593.942	130.967
Depósitos judiciais	Custo amortizado	29.298	28.517
Total dos ativos		1.616.380	1.488.750
Passivos financeiros			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	580.714	565.671
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	5.115.286	4.208.269
Debêntures	Outros passivos financeiros	7.055.910	6.699.606
Passivos de arrendamento	Outros passivos financeiros	3.195.121	2.995.341
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo instrumentos de <i>hedge</i>	615	16.435
Adiantamentos de clientes	Outros passivos financeiros	65.546	17.305
Outros débitos	Outros passivos financeiros	6.546	12.925
Total dos passivos		16.019.738	14.515.552

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

b. Valor justo

A tabela a seguir apresenta os níveis na hierarquia do valor justo dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo. O Contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora					
	2025			2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivo						
Debêntures	-	7.055.910	-	-	6.699.606	-
	-	7.055.910	-	-	6.699.606	-

	Consolidado					
	2025			2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	-	594.647	-	-	880.489	-
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	-	35.684	-	-	111.212	-
Aplicações financeiras	-	297.036	-	-	280.042	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	19.400	-	-	32.388	-
	-	946.767	-	-	1.304.131	-
Passivo						
Empréstimos e financiamentos (i)	-	4.434.458	-	-	4.091.308	-
Debêntures	-	7.055.910	-	-	6.699.606	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	615	-	-	16.435	-
	-	11.490.983	-	-	10.807.349	-

- (i) O valor justo dos empréstimos classificados no circulante se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa efetiva de cada operação contratada e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Mensuração do valor justo

O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir:

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros, contas a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia.

Os instrumentos de *hedge* são avaliados por meio de técnicas de avaliação com dados de mercado observáveis e referem-se, principalmente, a *swaps* e NDF. As técnicas de avaliação aplicadas geralmente incluem modelos de precificação e contratos, com cálculos de valor presente. Os modelos incorporam vários dados, incluindo a qualidade de crédito das contrapartes, câmbio à vista e taxas futuras e curvas de taxas de juros.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

* * *

Bruno Pessoa Serapião
CEO

Julio Enrique Varela Gubitosi
CFO

Amanda Moyses Miranda
CRC/SP nº 342 440/O-3
Contadora

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/AAF3-4FD5-AD69-6C21>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: AAF3-4FD5-AD69-6C21



Hash do Documento

D8CA22D3A28449BB7AC9EA948E3AB2F7092D25177664D36459AE3CDA4BEA0DE1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/06/2025 é(são) :

Marcos Roberto Bassi - 245.971.358-47 em 30/06/2025 17:49

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital